

Relatório da Administração

Senhores e senhoras acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL Paulista" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados da Companhia em relação ao exercício de 2023, exceto quando especificado de outra forma.

1. Considerações iniciais

Em 2024, a CPFL Paulista cumpriu com sua agenda estratégica, atendendo com eficiência às demandas de seus 5,1 milhões de clientes, em 234 municípios do Estado de São Paulo.

As vendas de energia para o mercado cativo registraram um aumento de 1,0% em relação ao exercício de 2023, com destaque para a classe residencial, que registrou um crescimento de 6,8%.

A CPFL Paulista, em 2024, foi eleita vencedora pelo Prêmio Abradee, na categoria Responsabilidade Socioambiental, além de conquistar a 2ª posição nas categorias Nacional e Sudeste, para as empresas com mais de 500 mil consumidores.

Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste das tarifas de energia e as iniciativas que visam melhorar a qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados aos clientes.

2. Comentário sobre a conjuntura

Ambiente macroeconômico

O ano de 2024 começou sob a perspectiva de que a inflação nos EUA iria convergir à meta de forma mais rápida. Esta expectativa foi frustrada no primeiro semestre, pela manutenção da robustez no mercado de trabalho e números menos favoráveis de inflação. Dados mais enfraquecidos de emprego e inflação a partir de julho levaram o FED a cortar os juros para 4,25%-4,50% ao ano no encerramento de 2024.

No entanto, a partir de meados de outubro, o candidato Donald Trump passou a ser considerado favorito para vencer as eleições dos Estados Unidos, com promessas de campanha com potenciais tendências inflacionárias. Esse fator, combinado à divulgação de dados econômicos que mostraram que a desaceleração da atividade e da inflação estava ocorrendo de forma mais lenta, instigou cautela nas decisões do FED a respeito do prosseguimento do ciclo de cortes de juros. Assim, reduziram-se as expectativas para cortes de juros em 2025, contribuindo para o fortalecimento do dólar, que também tem se beneficiado pelo crescimento mais forte da economia norte-americana.

No Brasil, o ano de 2024 foi marcado por surpresas positivas no ritmo de crescimento da atividade econômica.

Apesar da queda da safra de grãos em relação a 2023 (que havia sido recorde), causada por fatores climáticos, o crescimento mais forte decorreu de uma combinação de: (i) pagamento extraordinário de precatórios, de cerca de R\$ 90 bilhões ao final de 2023; (ii) reforço de caixa de governos regionais em 2023, abrindo espaço para ampliação dos gastos em 2024, ano de eleições municipais; (iii) continuidade do bom momento do mercado de trabalho, reforçado pela dinâmica benigna da construção civil; e (iv) melhora do mercado de crédito.

Começando pelo último fator: o mercado de crédito se beneficiou da redução da taxa básica de juros (a Selic) iniciada em 2023 e que se estendeu para o primeiro semestre de 2024; o crédito não-bancário também teve um bom ano, estimulado pela emissão de debêntures. O crédito às famílias ainda colheu os benefícios do programa Desenrola, ocorrido ao final de 2023.

A massa de renda ampliada sustentou alta de cerca de 7% em termos reais em 2024, mesmo após dois anos de expansão substancial em 2022 e 2023. Parte deste aumento refletiu a ampliação da ocupação, mas o rendimento médio real dos trabalhadores também cresceu com força, fomentado tanto pela alta real do salário-mínimo como pela taxa de desemprego historicamente baixa (e abaixo da taxa de desemprego neutra). O emprego formal também se expandiu ao longo do ano, encerrando 2024 com uma criação líquida de vagas em torno de 1,4 milhão.

Entre os estímulos fiscais, vale notar que o pagamento de precatórios da ordem de R\$ 90 bilhões ao final de 2023 significou uma injeção de recursos de cerca de 0,8% do PIB na economia. Além disso, os gastos dos governos regionais, em ano de eleições municipais, em conjunto com a retomada do programa “Minha Casa, Minha Vida”, ajudaram a turbinar o setor de construção civil. O governo federal também direcionou cerca de 0,2% do PIB em recursos para o Rio Grande do Sul, após a tragédia climática que acometeu o estado. Apesar das perdas significativas, os esforços de reconstrução acabaram por reforçar a expansão do setor de construção, bem como da indústria de bens de consumo (especialmente duráveis).

A evolução das contas do governo foi tema central durante o ano. Iniciativas de utilização de fundos públicos para execução de programas (com menor transparência), declarações desfavoráveis ao ajuste das contas e o anúncio do pacote fiscal em novembro, que veio acompanhado de anúncio de aumento da faixa de isenção da cobrança de imposto sobre a renda, aumentaram a desconfiança dos mercados em relação ao comprometimento do governo com a estabilidade das contas públicas. Com isso, as taxas de juros de prazo mais longo acentuaram a tendência de alta e o câmbio disparou.

O real se depreciou fortemente em 2024, em parte pelo cenário externo mais conturbado, em face do aumento de incertezas, acompanhando um movimento que ocorreu com diversas outras moedas de países em desenvolvimento e exportadores de *commodities*. Não obstante, cerca de metade da depreciação deveu-se à piora de percepção do quadro fiscal doméstico, pois a depreciação do real foi quase o dobro da verificada por uma cesta de moedas comparativa.

A depreciação do câmbio, bem como as condições climáticas menos favoráveis, exerceu relevante pressão sobre a inflação. O mercado de trabalho aquecido acabou se refletindo também na formação de preços mais sensíveis à atividade econômica, como os serviços. Com isso, a inflação encerrou o ano mais uma vez acima do teto da meta, de 4,5%.

As expectativas de inflação seguiram trajetória de descolamento das metas ao longo do ano. Nesse contexto, o Copom suspendeu o ciclo de cortes da Selic antes do que se imaginava, quando a Selic estava em 10,50% ao ano. Em setembro, o Copom retomou a elevação da Selic, que encerrou o ano de 2024 em 12,25% (11,75% em 2023).

Assim, apesar do bom desempenho da atividade econômica e do mercado de trabalho em 2024, a piora do quadro externo e fiscal doméstico resultou em condições financeiras mais adversas, com depreciação do câmbio, alta da inflação e das taxas de juros.

Tarifas de energia elétrica

Reajuste Tarifário Anual (RTA) de 2024:

Em 02 de abril de 2024, por meio da Resolução Homologatória nº 3.314, a ANEEL homologou o resultado da Reajuste Tarifário Anual da CPFL Paulista, em vigor desde 8 de abril de 2024, reajustando as tarifas de energia elétrica da distribuidora em 1,46%, sendo 2,03% relativos ao Reajuste Tarifário Econômico e -0,57% referentes aos componentes financeiros externos ao Reposicionamento Tarifário. O impacto da Parcela A (Energia, Encargos de Transmissão e Encargos Setoriais) no reajuste econômico foi de 3,96% e da Parcela B de -1,93%. O efeito médio percebido pelos consumidores foi de 1,46%, sendo de 0,80%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 1,77%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

3. Desempenho operacional

Clientes: a CPFL Paulista encerrou o ano com 5,1 milhões de clientes, com acréscimo de 101 mil consumidores, representando um crescimento de 2,0%.

Vendas de energia

Em 2024, as vendas para o mercado cativo totalizaram 19.925 GWh, apresentando um crescimento de 1,0% em comparação a 2023.

A participação das principais classes de consumo no total da energia faturada para consumidores cativos da distribuidora em 2024 foi de 57,1% para a classe residencial, 16,9% para a classe comercial e 6,2% para a classe industrial. Para essas classes de consumo, destaca-se:

- Classe Residencial: crescimento de 6,8% devido à melhora da massa de renda e temperaturas mais altas registradas em 2024 em comparação a 2023;
- Classes Comercial e Industrial: retrações de 6,2% e 26,4%, respectivamente, devido ao incremento de MMD (Micro e Minigeração Distribuída) e à migração de clientes cativos para o mercado livre.

Nota: as vendas para o mercado cativo não consideram a energia vendida por meio da tarifa de uso (Uso D) das permissionárias que se tornaram parcialmente livres ao longo de 2023 e 2024, incluída na linha de "Outras Concessionárias, Permissionárias e Autorizadas" da nota explicativa de "Receita Operacional".

Qualidade dos serviços prestados

Atendimento ao cliente: a CPFL Paulista obteve em 2024 o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) de 80,1 na pesquisa anual realizada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – Abradee, um aumento de 1,9 pontos (2,5%) em relação ao resultado de 2023 e melhor resultado da empresa desde 2020, o que manteve a empresa na 6ª posição no *ranking* nacional da categoria, e acima da média nacional, que foi de 68,9 pontos.

Fornecimento de energia: a CPFL Paulista desenvolve iniciativas para aprimorar a gestão operacional e a logística de serviços de rede. Também realiza um programa intenso de

inspeções e manutenções preventivas dos ativos elétricos. Em 2024, o DEC, que mede a duração equivalente de interrupção por cliente, foi de 4,78 horas e o FEC, que mede a frequência equivalente de interrupção por cliente, foi de 3,01 vezes, entre os menores do setor.

4. Desempenho econômico-financeiro

Receita operacional: a receita operacional bruta foi de R\$ 23.660 milhões em 2024, representando um crescimento de 5,3% (R\$ 1.185 milhões), decorrente dos seguintes aumentos: (i) de 5,3% (R\$ 826 milhões) no fornecimento de energia elétrica; (ii) de 16,3% (R\$ 451 milhões) na receita de disponibilidade da rede elétrica – TUSD; (iii) de 21,1% (R\$ 334 milhões) na receita com construção de infraestrutura; (iv) de 23,1% (R\$ 254 milhões) em outras receitas; e (v) de 6,6% (R\$ 27 milhões) de atualização do ativo financeiro da concessão; parcialmente compensados pelas seguintes reduções: (vi) de R\$ 625 milhões no ativo e passivo financeiro setorial, passando de um ativo de R\$ 749 milhões para um ativo de R\$ 124 milhões; e (vii) de 38,3% (R\$ 81 milhões) no suprimento de energia elétrica.

As deduções da receita operacional foram de R\$ 8.152 milhões em 2024, representando um aumento de 6,6% (R\$ 504 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 15.507 milhões em 2024, representando um aumento de 4,6% (R\$ 681 milhões).

Geração operacional de caixa (EBITDA): em 2024, o EBITDA foi de R\$ 3.434 milhões, representando uma redução de 1,2% (R\$ 41 milhões), devido aos seguintes aumentos: (i) de 4,2% (R\$ 341 milhões) nos custos com energia elétrica; (ii) de 21,1% (R\$ 334 milhões) nos custos com construção de infraestrutura, que tem contrapartida na receita líquida em igual valor; e (iii) de 2,9% (R\$ 47 milhões) no PMSO (despesas com pessoal, material, serviços de terceiros, outros custos/despesas operacionais e entidade de previdência privada). A variação no PMSO deve-se aos seguintes fatores:

- ✓ Aumento de 1,6% (R\$ 9 milhões) nas despesas com pessoal;
- ✓ Redução de 7,8% (R\$ 8 milhões) nas despesas com material;
- ✓ Aumento de 7,8% (R\$ 40 milhões) nas despesas com serviços de terceiros;
- ✓ Aumento de 10,8% (R\$ 39 milhões) em outros custos/despesas operacionais;
- ✓ Redução de 36,5% (R\$ 33 milhões) em entidade de previdência privada.

Essa variação foi parcialmente compensada pelo aumento de 4,6% (R\$ 681 milhões) na receita operacional líquida.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA		
	2024	2023
Lucro Líquido	1.422.412	1.544.447
Amortização	459.518	421.252
Resultado Financeiro	886.502	761.541
Contribuição Social	178.264	200.584
Imposto de Renda	487.292	547.316
EBITDA	3.433.988	3.475.141

*Conforme Resolução CVM nº 156/22.

Lucro líquido: a CPFL Paulista apurou lucro líquido de R\$ 1.422 milhões em 2024, representando uma redução de 7,9% (R\$ 122 milhões), refletindo principalmente a redução de 1,2% no EBITDA (R\$ 41 milhões), além dos aumentos (i) de 16,4% (R\$ 125 milhões) nas despesas financeiras líquidas, e (ii) de 9,1% (R\$ 38 milhões) em amortização. Esses efeitos foram parcialmente compensados pela redução de 11,0% (R\$ 82 milhões) no imposto de renda e contribuição social.

Endividamento: no final de 2024, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Paulista atingiu R\$ 9.118 milhões, representando uma redução de 4,5%.

5. Investimentos

No ano, foram investidos R\$ 1.900 milhões na ampliação, manutenção, melhoria, automação, modernização e reforço do sistema elétrico para atendimento ao crescimento de mercado e melhoria de eficiência e qualidade, em infraestrutura operacional, nos serviços de atendimento aos clientes e em programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros.

6. Aspectos ESG (ambientais, sociais e de governança)

A CPFL Paulista desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade/ESG é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir.

Plano ESG 2030: aprovado em 2022 como uma evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, traz diretrizes e estratégias organizadas em quatro pilares: Soluções renováveis e inteligentes, Operações sustentáveis, Valor compartilhado com a sociedade e Atuação segura e confiável. O plano se desdobra atualmente em 24 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, tendo sido revisado os compromissos 4, 11, 17, 22, 23 e adicionado o 24, em janeiro de 2025. Mais informações em: <https://ri.cpfl.com.br/> > Estratégia de Sustentabilidade > Plano ESG 2030.

Monitoramento dos compromissos do Plano ESG 2030: ferramenta de gestão do desempenho em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano ESG 2030.

Comitê de Sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar a execução da estratégia ESG, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa.

Mudanças do Clima: estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação. Mais informações em: <https://ri.cpfl.com.br/> > Estratégia de Sustentabilidade > Mudanças Climáticas.

Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE): o Programa de Integridade do Grupo CPFL formaliza o compromisso com os valores éticos que permeiam suas ações e

negócios, sendo composto por 4 dimensões que visam seu aprimoramento contínuo e evidenciam o tom e a prática da alta administração: **(i)** desenvolvimento, orientação e revisão de normas, com destaque para o Código de Conduta Ética; **(ii)** treinamentos, ações de comunicação, campanhas de sensibilização e engajamento para públicos internos e externos; **(iii)** apuração de denúncias, diligências e outros processos de avaliação de riscos; e, **(iv)** monitoramento de indicadores, avaliações pelo Comitê de Ética e Conduta Empresarial (COMET) e reporte dos resultados do Programa de Integridade aos fóruns executivos. O Programa conta, ainda, com um canal de ética externo e independente e um processo robusto de apuração de registros éticos que garante o sigilo, anonimato e não retaliação do denunciante de boa fé. Dentre as ações executadas no decorrer de 2024, temos como principal destaque a ampliação do escopo da certificação ISO 37001 para Sistema de Gestão Antissuborno e Anticorrupção, o que atesta o alto padrão de governança e transparência com que o Grupo CPFL conduz suas atividades. Tivemos ainda a atualização da matriz de riscos de Compliance, aplicação da segunda edição da pesquisa de maturidade do programa de integridade, desenvolvemos e implementamos o procedimento de doações e atualizamos e robustecemos o procedimento de conflito de interesses. O Programa contou ainda com um robusto plano de treinamentos para 2024 atingindo principalmente o público operacional, bem como treinamentos conduzidos em parceria com CPFL+Diversa e CIPA. Em 2024 tivemos a celebração do dia da integridade, pela primeira vez na cidade de Santos/SP, com a presença do jornalista esportivo Felipe Andreoli e um treinamento focado para liderança ministrado pelo professor doutor Alexandre Di Micelli. Contamos também com o lançamento da campanha de comunicação “integridade é prioridade” e 12 Conversas Mensais de Integridade, das quais destacamos os temas “Política Anticorrupção”, “Assédio moral e tratamento desrespeitoso”, “Assédio sexual e importunação sexual”, e “Relacionamento com agentes público e boas práticas em ano eleitoral”, além de apurações de denúncias, avaliações de riscos e emissão de pareceres de *due diligence* e *background check*.

Relacionamento com a Comunidade: entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a CPFL Paulista atua, em 2024 destacam-se: **(i) CPFL Jovem Geração:** foram executados projetos de transformação social através da cultura e esporte, por meio de projetos voltados para a redução dos níveis de vulnerabilidade social, beneficiando 7.183 crianças e jovens das comunidades parceiras do grupo; **(ii) CPFL nos Hospitais:** foram executados projetos de melhorias na infraestrutura hospitalar, pesquisas oncológicas e humanização hospitalar, beneficiando mais de 420 mil pessoas; **(iii) CPFL Intercâmbio Brasil-China (programação presencial e digital – alcance nacional):** foram executados projetos que visam as trocas culturais, fortalecendo os diálogos entre os dois países. Ao todo, a frente impactou 835 mil espectadores; **(iv) Circuito CPFL:** através da frente Circuito CPFL, levamos cinema movido a energia solar, beneficiando mais de 9,5 mil espectadores; **(v) Café Filosófico CPFL (programação digital – alcance nacional):** realizamos 33 gravações em nosso estúdio e 1 gravação especial comemorativa em Ribeirão Preto. Ao todo, ao longo de 2024, foram 153 exposições dos programas Café e Café Expresso na TV Cultura e no Youtube e 23 milhões de visualizações em ações digitais; e **(vi) Eficiência energética (0,5% da ROL):** em 2024 foram investidos R\$ 25,1 milhões em projetos de eficiência energética, dos quais destacam-se: (a) R\$ 6,4 milhões em projetos destinados a consumidores de baixo poder aquisitivo, que resultaram na regularização de 796 clientes; substituição de 9.298 lâmpadas por modelos mais eficientes (LED), totalizando 3.121 famílias beneficiadas. Foram investidos também, (b) R\$ 575,7 mil em projetos educacionais, com foco na Olimpíada Nacional de Eficiência Energética, que beneficiou 8.680 alunos do ensino fundamental no uso consciente e seguro da energia elétrica. Tivemos ainda, (c) cerca de R\$ 4,1 milhões investidos em prédios públicos que proporcionaram a substituição de 1.823 pontos de Iluminação por LED; 119 KWp instalados em sistemas fotovoltaicos e 3.833 pontos de iluminação pública. Por fim, (d) investimento de R\$ 14,1 milhões no Programa de Hospitais, que está implementando 3.406 KWp instalados Sistemas de Geração Fotovoltaica e realizando a substituição de lâmpadas por LED em 12 hospitais Públicos e Filantrópicos da área de concessão.

Gestão de Recursos Humanos: em 2024, treinamos 4.083 colaboradores. Foram 110 mil horas treinadas. Também foram realizados treinamentos para a comunidade, com escolas para

formação de eletricitistas ao longo do ano: foram 14 turmas, 228 participantes, 183 aprovados, 118 contratados e 3 em processo de admissão.

Rede de Valor: em 2024, foram realizados 2 encontros da Rede de Valor, todos em formato online. Eles contaram com a participação de 121 parceiros e abordaram os seguintes temas: Cenário Macroeconômico, Planejamento Estratégico CPFL, Plano ESG 2030, Sustentabilidade na Cadeia de Suprimentos, Diversidade e Inclusão e Segurança do Trabalho.

7. Auditores independentes

A PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes (PwC) foi contratada pela CPFL Paulista para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a PwC prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

Natureza

Asseguração de *covenants* financeiros

Serviços de compliance tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)

Revisão da ECD Contábil do ano calendário

Serviços de Benchmarking para dados de Capital Humano

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Em linha com o previsto pela Instrução CVM 162/22, a administração possui políticas e controles que tratam, dentre outros assuntos, sobre o porte da empresa de auditoria a ser contratada para fins de auditoria das demonstrações financeiras e sobre as regras de contratação de fornecedores para serviços de auditoria e "extra-auditoria". Tal política, dentre outros motivos, tem como objetivo evitar a existência de conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Ademais, a PwC declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

8. Agradecimentos

A Administração da CPFL Paulista agradece aos seus clientes, fornecedores e às comunidades de sua área de atuação, pela confiança depositada na companhia no ano de 2024. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração.

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	392.633	1.485.637
Títulos e valores mobiliários	6	280.634	199.364
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	2.302.250	2.599.803
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	464.728	416.772
Outros tributos a compensar	8	187.508	160.874
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	850.092	1.044.385
Derivativos	31	165.731	6.202
Ativo financeiro setorial	9	-	145.073
Estoques		19.090	14.957
Outros ativos	12	582.995	588.394
Total do circulante		5.245.661	6.661.460
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	78.397	71.285
Depósitos judiciais	20	50.835	116.431
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	198.953	2.101
Outros tributos a compensar	8	225.593	261.015
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	1.614.292	1.867.547
Ativo financeiro setorial	9	-	53.791
Derivativos	31	-	99.865
Ativo financeiro da concessão	11	10.688.700	9.148.138
Outros ativos	12	23.482	37.481
Ativo contratual	13	1.639.665	1.056.325
Intangível	14	1.363.396	1.634.791
Total do não circulante		15.883.313	14.348.770
Total do ativo		21.128.975	21.010.229

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Fornecedores	15	1.660.673	1.583.128
Empréstimos e financiamentos	16	917.994	1.149.812
Debêntures	17	392.430	279.250
Entidade de previdência privada	18	231.469	429.799
Taxas regulamentares		13.310	53.909
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	13.674	193.225
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	19	443.106	599.639
Dividendo e juros sobre capital próprio	28	311.209	35.360
Obrigações estimadas com pessoal		61.004	56.569
Passivo financeiro setorial	9	528.869	196.518
PIS/COFINS devolução consumidores	8.1	622.472	1.016.667
Outras contas a pagar	21	707.187	569.408
Total do circulante		5.903.396	6.163.285
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	2.585.702	3.112.185
Debêntures	17	5.259.034	4.851.484
Entidade de previdência privada	18	82.549	696.556
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	12.408	44.502
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	19	992.608	925.899
Débitos fiscais diferidos	10	641.528	245.978
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	20	317.795	291.777
Derivativos	31	128.907	258.734
Passivo financeiro setorial	9	412.512	168.712
PIS/COFINS devolução consumidores	8.1	1.688.921	1.990.792
Outras contas a pagar	21	48.505	31.117
Total do não circulante		12.170.469	12.617.737
Patrimônio líquido			
	22		
Capital social		1.395.747	1.378.272
Reserva de capital		56.868	74.343
Reserva legal		279.148	275.653
Reserva de lucros a realizar		1.043.738	755.233
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		1.021.842	655.724
Dividendo		388.791	445.406
Resultado abrangente acumulado		(1.131.026)	(1.355.427)
Total do patrimônio líquido		3.055.109	2.229.206
Total do passivo e do patrimônio líquido		21.128.975	21.010.229

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ
Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2024	2023
Receita operacional líquida	24	15.507.463	14.826.825
Custo do serviço			
Custo com energia elétrica	25	(8.499.809)	(8.158.621)
Custo com operação		(1.123.366)	(1.113.429)
Amortização		(415.825)	(370.288)
Outros custos com operação	26	(707.541)	(743.141)
Custo do serviço prestado a terceiros	26	(1.914.516)	(1.580.453)
Lucro operacional bruto		3.969.771	3.974.323
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		(429.447)	(369.451)
Amortização		(2.401)	(2.296)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	(194.828)	(137.176)
Outras despesas com vendas	26	(232.219)	(229.979)
Despesas gerais e administrativas		(514.679)	(499.301)
Amortização		(41.292)	(48.668)
Outras despesas gerais e administrativas	26	(473.387)	(450.632)
Outras despesas operacionais		(51.174)	(51.683)
Outras despesas operacionais	26	(51.174)	(51.683)
Resultado do serviço		2.974.470	3.053.889
Resultado financeiro	27		
Receitas financeiras		635.518	832.285
Despesas financeiras		(1.522.021)	(1.593.826)
		(886.502)	(761.541)
Lucro antes dos tributos		2.087.968	2.292.348
Contribuição social	10	(178.264)	(200.584)
Imposto de renda	10	(487.292)	(547.316)
		(665.556)	(747.901)
Lucro líquido do exercício		1.422.412	1.544.447
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	23	1,62	1,75

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício	1.422.412	1.544.447
Outros resultados abrangentes	224.401	(74.687)
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	224.401	(74.222)
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	-	(465)
Resultado abrangente do exercício	<u>1.646.812</u>	<u>1.469.760</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros				Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	Reserva de lucros a realizar	Dividendo			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.360.797	91.818	272.158	264.972	484.672	-	(1.280.740)	-	1.193.678
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.544.447	1.544.447
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(74.222)	-	(74.222)
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(465)	-	(465)
Mutações internas do patrimônio líquido									
Aumento de capital	17.475	(17.475)	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	3.495	-	-	-	-	(3.495)	-
Constituição da reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	270.562	-	-	(270.562)	-
Constituição de reserva de capital de giro	-	-	-	655.724	-	-	-	(655.724)	-
Transações de capital com os acionistas									
Dividendo intermediário - AGE 20/06/2023	-	-	-	(264.972)	-	-	-	-	(264.972)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	445.406	-	(445.406)	-
Juros sobre o capital próprio - AGE de 31/03/2023, 30/06/2023, 29/09/2023 e 29/12/2023	-	-	-	-	-	-	-	(169.260)	(169.260)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.378.272	74.343	275.653	655.724	755.233	445.406	(1.355.427)	-	2.229.206
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.422.412	1.422.412
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	224.401	-	224.401
Mutações internas do patrimônio líquido									
Aumento de capital	17.475	(17.475)	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	3.495	-	-	-	-	(3.495)	-
Constituição da reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	288.504	-	-	(288.504)	-
Constituição de reserva de capital de giro	-	-	-	366.118	-	-	-	(366.118)	-
Transações de capital com os acionistas									
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	-	-	(445.406)	-	-	(445.406)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	388.791	-	(388.791)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(237.004)	(237.004)
Juros sobre o capital próprio - AGE de 31/03/2024; AGE de 30/09/2024 e AGE de 30/12/2024	-	-	-	-	-	-	-	(138.500)	(138.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.395.747	56.868	279.148	1.021.842	1.043.738	388.791	(1.131.026)	-	3.055.109

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro antes dos tributos	2.087.968	2.292.348
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	459.518	421.252
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	69.810	135.593
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	194.828	137.176
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	747.668	644.937
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	56.944	89.664
Perda (ganho) na baixa de não circulante	45.663	46.410
	3.662.399	3.767.380
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	93.612	(741.506)
Tributos a compensar	413.664	1.309.938
Depósitos judiciais	71.553	1.467
Ativo financeiro setorial	158.329	59.854
Contas a receber - CDE	(82.385)	(103.808)
Outros ativos operacionais	200.993	33.910
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	77.545	181.924
Outros tributos e contribuições sociais	309.630	258.573
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(348.863)	(431.960)
Taxas regulamentares	(40.599)	23.562
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(71.923)	(73.470)
Passivo financeiro setorial	(196.651)	(767.210)
Outros passivos operacionais	(35.277)	(142.069)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	4.212.027	3.376.586
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(913.977)	(702.941)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.279.041)	(508.954)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	2.019.009	2.164.691
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - aplicações	(6.010.348)	(616.575)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - resgates	5.962.096	1.013.938
Adições de ativo contratual	(1.900.270)	(1.551.792)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(1.948.522)	(1.154.429)
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	1.763.127	1.851.000
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(2.225.446)	(2.045.451)
Liquidação de operações com derivativos	(176.886)	(39.842)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(524.286)	(541.640)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(1.163.491)	(775.933)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(1.093.004)	234.329
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.485.637	1.251.307
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	392.633	1.485.637

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	2024	2023
1 - Receita	23.464.881	22.337.605
1.1 Receita de venda de energia e serviços	21.748.342	20.896.984
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	1.911.367	1.577.798
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(194.828)	(137.176)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(12.295.635)	(11.724.238)
2.1 Custo com energia elétrica	(9.487.157)	(9.128.707)
2.2 Material	(1.218.256)	(1.068.942)
2.3 Serviços de terceiros	(1.203.143)	(1.020.736)
2.4 Outros	(387.079)	(505.852)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	11.169.246	10.613.368
4 - Retenções	(462.014)	(422.755)
4.1 Amortização	(462.014)	(422.755)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	10.707.232	10.190.613
6 - Valor adicionado recebido em transferência	646.478	856.276
6.1 Receitas financeiras	646.478	856.276
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	11.353.710	11.046.889
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	625.763	627.058
8.1.1 Remuneração direta	325.719	307.901
8.1.2 Benefícios	264.392	294.484
8.1.3 F.G.T.S	35.652	24.674
8.2 Impostos, taxas e contribuições	7.764.056	7.265.618
8.2.1 Federais	4.408.000	4.510.550
8.2.2 Estaduais	3.345.200	2.743.474
8.2.3 Municipais	10.856	11.594
8.3 Remuneração de capital de terceiros	1.541.479	1.609.766
8.3.1 Juros	1.539.692	1.608.610
8.3.2 Aluguéis	1.787	1.156
8.4 Remuneração de capital próprio	1.422.412	1.544.447
8.4.1 Juros sobre capital próprio (incluindo adicional proposto)	138.500	169.260
8.4.2 Dividendos (incluindo adicional proposto)	625.795	445.406
8.4.3 Lucros retidos	658.117	929.781
	11.353.710	11.046.889

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Paulista de Força e Luz (“CPFL Paulista” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte - Jardim Professora Tarcília - CEP 13087-397, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 20 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 234 municípios do interior do Estado de São Paulo. Entre os principais estão Campinas, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto, atendendo a aproximadamente 5,1 milhões de consumidores.

1.1 Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras, o capital circulante líquido negativo de R\$ 657.735, sendo que, caso necessário, potenciais aprovações de financiamento serão realizadas. A Companhia tempestivamente monitora o capital circulante líquido e sua geração de caixa, bem como as projeções de lucros suportam e viabilizam o plano de redução deste capital circulante líquido.

1.2 Renovações de concessões de distribuição de energia elétrica no Brasil

Em 16 de outubro de 2024 a ANEEL realizou abertura da Consulta Pública nº 027/2024, com o objetivo de apresentar e colher contribuições acerca da proposta de minuta do Termo Aditivo aos Contratos de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica vincendos entre 2025 e 2031, nos termos do Decreto nº 12.068, de 20 de junho de 2024, e da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995. A Companhia enviou, tempestivamente, suas contribuições à ANEEL com sugestões de aprimoramento da minuta ora proposta. A Administração está aguardando finalização das análises da ANEEL e homologação da versão final do referido Termo Aditivo para avaliar os termos propostos. Não há impactos relacionados a este assunto para essas demonstrações financeiras.

1.3 Resiliência climática no setor elétrico e iniciativas do Grupo CPFL

O setor elétrico é bastante afetado pelas mudanças climáticas. Alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, o Grupo CPFL implementou o Plano ESG 2030 que inclui compromissos para a transição energética, a descarbonização e resiliência climática. Isso envolve identificar riscos e oportunidades com base na metodologia da *Task Force for Climate-related Financial Disclosures* (TCFD) e ações de mitigação e adaptação, consolidadas na publicação “Nossa Jornada contra as Mudanças Climáticas”, e na plataforma global do Carbon Disclosure Project (CDP), dando maior transparência para nossos públicos de interesse - ambos atualizados anualmente.

Iniciativas específicas:

A Companhia possui investimentos em expansão, reforço de rede, automação e modernização de equipamentos, como a plataforma *Advanced Distribution Management System* (ADMS) e o *Weather*

Translator System (WeTS), além de projetos de resiliência em parceria com a FGV e Climatempo, e o projeto Arborização +Segura para prevenir danos, acidentes e interrupções de energia.

Gestão de crises

O Grupo CPFL possui um documento que tem como objetivo estabelecer e regulamentar as principais diretrizes de gestão de crise, incluindo o acionamento do Grupo de Crise, papéis e responsabilidades das partes envolvidas, bem como avaliação da ocorrência e classificação de sua gravidade. Este grupo é responsável pela avaliação dos eventos anormais (“ocorrências”), monitoramento de fatores de risco e gestão das ações endereçadas para situações de crise. A composição é feita por membros permanentes e ad hoc que compõem os times estratégico e de apoio técnico-operacional. Os membros ad hoc e demais áreas acessórias poderão ser acionadas pontualmente para compor o Grupo, de acordo com a natureza e criticidade do evento.

O primeiro passo para gerenciar a ocorrência é classificar sua natureza e, se caracterizado como crise, o seu nível de gravidade. Ou seja, entender qual é a intensidade com que as consequências e a repercussão dos fatos podem atingir a Companhia e, por fim, os públicos de seu relacionamento.

Para determinar o nível de gravidade, são analisadas as características da ocorrência, considerando o impacto nas pessoas, nas comunidades, no meio ambiente, na área financeira, na segurança patrimonial e nas operações da Companhia.

Para todos os casos, considera-se também a abrangência da repercussão da ocorrência na opinião pública e stakeholders, o que inclui os veículos de comunicação conhecidos: jornais, revistas, rádios, televisões, portais de internet, agências de notícias, blogs, redes sociais e outros.

A extensão da ocorrência e a sua gravidade devem também ser avaliadas, considerando a abrangência do assunto do ponto de vista de localização geográfica. Pela complexidade das operações da CPFL, as emergências ou crises podem ter diferentes níveis de abrangência.

Além das respostas técnicas, a CPFL se mobiliza para oferecer suporte tanto às comunidades afetadas quanto aos seus colaboradores, podendo incluir doações de suprimentos e recursos financeiros, dentre outras ações.

Por exemplo, no evento climático extremo ocorrido recentemente no Rio Grande do Sul, a CPFL implementou medidas em colaboração com outras instituições para a reconstrução das áreas afetadas e restauração de serviços essenciais. Essas ações refletem o compromisso da CPFL com a mitigação de crises, resiliência frente a desastres e o apoio contínuo às comunidades impactadas, garantindo que as operações da Companhia voltem à normalidade de forma eficiente.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL (“www.aneel.gov.br”) e da Companhia (“www.cpf.com.br”) a partir da data estabelecida pelo Órgão Regulador.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 14 de fevereiro de 2025.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 31 de Instrumentos financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 7 – Consumidores, concessionárias e permissionárias: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados;
- Nota 9 – Ativo e passivo financeiro setorial: critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens;
- Nota 10 – Débitos fiscais diferidos: reconhecimento de ativos, disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota 11 – Ativo financeiro da concessão: premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos (nota 31);
- Nota 12 – Outros ativos: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada;
- Nota 14 – Intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota 16 – Empréstimos e financiamentos: principais premissas para determinação do valor justo;
- Nota 17 – Debêntures: principais premissas para determinação do valor justo;
- Nota 18 – Entidade de previdência privada: principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos;
- Nota 19 – Impostos, taxas e contribuições a recolher: incertezas sobre os tributos sobre o lucro;
- Nota 20 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais: reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e;
- Nota 31 – Instrumentos financeiros – derivativos: principais premissas para determinação do valor justo.

Adicionalmente a Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Segmento operacional

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

2.6 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(3)SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa podem incluir saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas.

3.2 Contratos de concessão

O ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o Poder Concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura da Companhia é segregada e movimentada como ativo contratual, desde a data de sua construção até a completa finalização das obras e melhorias, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que, quando em operação, sejam reclassificados nas demonstrações financeiras de ativo contratual para as rubricas de (i) ativo intangível, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos e (ii) ativo financeiro correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da concessão.

O valor do ativo financeiro da concessão é determinado com base em seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no valor justo, tomando por base principalmente

os fatores como valor novo de reposição e atualização pelo IPCA. O ativo financeiro enquadra-se na categoria valor justo por meio do resultado, e as mudanças nos valores justos têm como contrapartida a conta de receita operacional (notas 4 e 24).

O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflita o benefício econômico esperado até o término da concessão.

A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, tendo como contrapartida um ativo financeiro, correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais são classificados como ativo intangível, que serão amortizados pelo prazo da concessão, de acordo com o padrão econômico que contraponha a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica.

Em função (i) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, (ii) da forma como a Companhia gerencia as construções, através do alto grau de terceirização, e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio da Companhia, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes, e portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

3.3 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR): esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (nota 31). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;

- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.
- Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 31.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.4 Intangível e Ativo contratual

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como, direito de exploração de concessões, *softwares* e servidão de passagem.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão) em serviço em função do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica firmado pela Companhia, o ativo intangível registrado corresponde ao direito que a Companhia possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para mais informações vide nota 3.2.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aplicação dos recursos na aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

Os ativos de infraestrutura da concessão em curso da Companhia foram classificados como ativos de contrato durante o período de construção ou de melhoria de acordo com os critérios do CPC 47.

3.5 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

- Ativos financeiros

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis, tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com o CPC 48 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda ("PD" - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento ("EAD" - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência ("LGD" - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou,
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

- Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: intangível de concessão e outros intangíveis) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Em período subsequente, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.6 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.7 Benefícios a empregados

A Companhia possui benefícios pós-emprego e planos de pensão sendo considerada patrocinadora deste plano. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:

- i. Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.
- ii. Plano de Benefício Definido: a obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

3.8 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei nº 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete a Assembleia Geral a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários, apurados através de balanço semestral. A declaração destes montantes na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Assembleia Geral.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.9 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseada em uma rotina de leitura (calendarização e rota de leitura) e fatura mensalmente o consumo de MWh baseada nas leituras realizadas para cada consumidor individual. Como resultado, uma parte da energia distribuída ao longo do mês não é faturada ao final de cada mês, e, conseqüentemente uma estimativa é desenvolvida pela Administração e registrada como “Não Faturado”. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia da Companhia disponibilizada no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita no decorrer da prestação do serviço, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo:

- (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho;
- (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado;
- (c) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia.

3.10 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A Companhia registrou em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social. A Companhia registrou, também, créditos fiscais referentes ao benefício do intangível incorporado, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente do contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados anualmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.11 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível ao acionista controlador e a média ponderada das ações no respectivo exercício.

3.12 Subvenção governamental - CDE

As subvenções governamentais somente são reconhecidas quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pela Companhia. São registradas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda, outros descontos tarifários, bem como os subsídios referente os valores recebidos para compensar a Companhia por despesas incorridas (Aporte CDE – baixa renda e demais subsídios tarifários - nota 24.3).

As subvenções recebidas referentes à compensação de descontos concedidos têm a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato nos termos do CPC 07.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são registradas em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são incorridas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível.

3.13 Ativo e passivo financeiro setorial

Conforme modelo tarifário, as tarifas de energia elétrica da Companhia devem considerar uma receita capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, estando a Companhia autorizada a cobrar de seus consumidores (após revisão e homologação pela ANEEL): (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com a concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciáveis), e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis).

A receita da Companhia é, basicamente, composta pela venda da energia elétrica e pela entrega (transporte) da mesma através do uso da infraestrutura (rede) de distribuição e é afetada pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita:

- Parcela A (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificáveis como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- Parcela B (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte.

Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

3.14 Arrendamentos

Com a adoção do CPC 06 (R2) a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente

pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando a taxa incremental, uma taxa nominal fixa baseada no endividamento da Companhia.

O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona ao prazo do arrendamento os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que a Companhia esteja razoavelmente certa de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo mesmo método de amortização aplicado para itens similares do ativo intangível de direito de concessão e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

3.15 Mudanças nas principais políticas contábeis

A partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia adotou as alterações ao CPC 26, referentes à Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes. As alterações visam esclarecer que a classificação de passivos com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) só será afetada quando o atingimento desses índices for exigido até a data do balanço.

Além disso, a Companhia levou em consideração as modificações ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações, que esclarecem as características dos acordos de financiamento com fornecedores e exigem divulgações adicionais sobre tais acordos. Os requisitos de divulgação visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a entender os impactos desses acordos sobre os passivos, fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez da entidade.

Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A.– Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 31) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos consiste na avaliação ao valor novo de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ANEEL. Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices

de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldos bancários	88.228	116.926
Aplicações financeiras	304.405	1.368.710
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	7.510	9.644
Títulos de crédito privado (b)	284.550	1.173.907
Fundos de investimento (c)	12.345	185.159
Total	392.633	1.485.637

- a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”) e remuneração de 30% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) (15% do CDI em 31 de dezembro de 2023).
- b) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) (CDBs) no montante de R\$ 2.474 (R\$ 1.123.967 em 31 de dezembro de 2023) e (ii) operações compromissadas em debêntures R\$ 282.076 (R\$ 49.940 em 31 de dezembro de 2023), todas estas operações possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 100,84% do CDI (102,07% do CDI em 31 de dezembro de 2023).
- c) Representa valores aplicados em fundos com alta liquidez e remuneração equivalente, na média 99,50% do CDI (98,45% do CDI em 31 de dezembro de 2023), tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI, lastreadas em títulos públicos federais, CDBs e operações compromissadas lastreadas em títulos de terceiros de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Através de fundos de investimentos (a)	158.260	199.364
Aplicação direta (b)	122.374	-
Total	280.634	199.364

- (a) Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira (“LF”) e Letra Financeira do Tesouro (“LFT”), através de cotas de fundos de investimento, no montante de R\$ 158.260 (R\$ 199.364 em 31 de dezembro de 2023), cuja remuneração equivalente, na média de 99,50% do CDI (98,45% do CDI em 31 de dezembro de 2023).
- (b) Representa principalmente títulos sem liquidez imediata e que não possuem no curto prazo possibilidade de resgate sem perda significativa de valor, com remuneração equivalente de 102,43% do CDI.

(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Circulante	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2024	31/12/2023
Classes de consumidores					
Residencial	536.368	434.050	75.236	1.045.654	1.104.390
Industrial	43.759	29.047	35.714	108.520	106.747
Comercial	121.679	58.840	14.213	194.733	202.958
Rural	37.474	16.263	4.724	58.461	58.466
Poder público	55.595	14.603	4.980	75.179	71.193
Iluminação pública	66.243	3.291	2.445	71.979	76.924
Serviço público	52.425	17.776	20.643	90.844	69.849
Faturado	913.544	573.870	157.954	1.645.369	1.690.527
Não faturado	684.284	-	-	684.284	935.894
Parcelamento de débito de consumidores	98.213	26.468	26.995	151.676	152.349
Operações realizadas na CCEE	25.420	-	-	25.420	5.416
Concessionárias e permissionárias	4.850	-	-	4.850	3.374
Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica	(4.361)	-	-	(4.361)	(4.595)
Outros	43	-	-	43	14
	1.721.994	600.338	184.950	2.507.282	2.782.978
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(205.032)	(183.175)
Total				2.302.250	2.599.803
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	78.397	-	-	78.397	71.285
Total	78.397	-	-	78.397	71.285

Parcelamento de débitos de consumidores – refere-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores das classes residencial, comercial, industrial, rural e poder público. As regras de parcelamento seguem as políticas internas da Companhia.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 31(f).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 12)	Total
Saldo em 31/12/2022	(200.272)	(8.802)	(209.074)
Provisão revertida (constituída) liquida	(208.965)	220	(208.745)
Recuperação de receita	71.569	-	71.569
Baixa de contas a receber provisionadas	154.493	-	154.493
Saldo em 31/12/2023	(183.175)	(8.582)	(191.757)
Provisão revertida (constituída) liquida	(292.051)	(210)	(292.261)
Recuperação de receita	97.433	-	97.433
Baixa de contas a receber provisionadas	172.761	2.218	174.979
Saldo em 31/12/2024	(205.032)	(6.574)	(211.606)

(8) TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/12/2024	31/12/2023
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	464.728	416.772
Imposto de renda e contribuição social a compensar	464.728	416.772
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	21.586	11.732
ICMS a compensar	133.958	119.177
Programa de integração social - PIS	3.716	7.973
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	28.110	21.854
Outros	138	138
Outros tributos a compensar	187.508	160.874
Total circulante	652.236	577.647
<u>Não circulante</u>		
Contribuição social a compensar - CSLL	53.366	556
Imposto de renda a compensar - IRPJ	145.587	1.545
Imposto de renda e contribuição social a compensar	198.953	2.101
ICMS a compensar	167.270	166.711
Outros	58.323	94.304
Outros tributos a compensar	225.593	261.015
Total não circulante	424.546	263.116

Imposto de renda e Contribuição social a compensar - refere-se basicamente a saldo negativo de IRPJ e CSLL do período de 2021 e 2022.

Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte no circulante: - refere-se principalmente a IRRF sobre aplicações financeiras e retenções de órgãos público.

ICMS a compensar – refere-se principalmente a crédito constituído de aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativos intangíveis e ativos financeiros.

Imposto de renda e contribuição social a compensar no não circulante: refere-se ao reconhecimento do crédito gerado sobre a atualização financeira de repetição de indébito. Em setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) decidiu que o Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido não incidem sobre a taxa Selic recebida pelo contribuinte na devolução de tributos pagos indevidamente (repetição de indébito). A Companhia havia impetrado ação judicial em julho de 2021, resguardando assim seu direito de recuperar os montantes tributados a maior nos últimos 5 anos. Em 2024, a Companhia recebeu da Receita Federal do Brasil resposta à Solução de Consulta por ela previamente apresentada, que tem relação como tema, tornando-se neste momento possível o reconhecimento do crédito no montante de R\$ 196.852.

8.1 Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS:

Ativo	31/12/2024	31/12/2023
<u>Circulante</u>		
PIS sobre ICMS	151.638	186.296
COFINS sobre ICMS	698.454	858.089
Total circulante	850.092	1.044.385
<u>Não circulante</u>		
PIS sobre ICMS	287.955	333.240
COFINS sobre ICMS	1.326.338	1.534.307
Total não circulante	1.614.292	1.867.547
Passivo	31/12/2024	31/12/2023
<u>Circulante</u>		
PIS/COFINS devolução consumidores	622.472	1.016.667
Total circulante	622.472	1.016.667
<u>Não circulante</u>		
PIS/COFINS devolução consumidores	1.688.921	1.990.792
Total não circulante	1.688.921	1.990.792

Tendo em vista **(i)** decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”) em março de 2017 do tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõem a base de cálculo do PIS e da COFINS **(ii)** decisão de maio de 2021 do Supremo Tribunal Federal (“STF”) que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional nos autos do RE nº 574.706 a qual não modulou os efeitos de sua decisão para os contribuintes que já tivessem ações judiciais apresentadas anteriormente a 15 de março de 2017, e **(iii)** os termos do CPC 25 item 33 que discorre sobre o conceito de classificação de ativo considerado “praticamente certo” e **(iv)** a Companhia possui uma ação judicial relacionado ao ICMS não compor a base de cálculo do PIS e da COFINS, foram reconhecidos em junho de 2021 os créditos de PIS e COFINS, através do registro de ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores em outras contas a pagar no montante de R\$ 4.087.795.

Em outubro de 2021, a Companhia obteve o trânsito em julgado em sua ação judicial, tendo sido reconhecido o seu direito à não inclusão dos valores do ICMS faturado na base de cálculo do PIS e COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente (a partir de junho de 2005). Em fevereiro de 2022, o crédito decorrente da ação judicial foi habilitado junto a Receita Federal do Brasil e houve o início da utilização do crédito para compensar outros tributos a recolher administrados pela Receita Federal do Brasil.

Com isso, no reajuste tarifário de abril de 2022 e na RTE de 13 de julho de 2022, foram repassados parte dos valores oriundos de créditos decorrentes da referida ação judicial, como componente financeiro negativo extraordinário no total de R\$ 773.880, de igual maneira nos reajustes tarifários de abril de 2023 e 2024 houve repasse nos montantes de R\$ 1.007.900 e R\$ 756.374 (nota 9) restando assim no passivo com consumidores, o saldo de R\$ 2.311.393 atualizado até 31 de dezembro de 2024 (R\$ 3.007.459 em 31 de dezembro de 2023).

Em 2024, a Companhia recebeu da Receita Federal do Brasil a resposta à Solução Consulta previamente apresentada, no qual foi externado o entendimento sobre a necessidade de oferecimento a tributação de tal crédito para fins de IRPJ/CSLL e PIS/COFINS. Assim, nos termos da orientação acima, a tributação foi realizada, e o montante de R\$ 1.001.007 foi recolhido em fevereiro de 2024. Posteriormente, tais valores foram abatidos do repasse ao consumidor no Reajuste Tarifário Anual – RTA.

Em relação ao ativo de tributos a compensar, levando-se em conta o início das compensações em fevereiro de 2022, até dezembro de 2024 já foram compensados junto à Receita Federal do Brasil o montante de R\$ 2.557.050, o saldo atualizado até 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 2.464.384 (R\$ 2.911.932 em 31 de dezembro de 2023).

Foi publicada a Lei n. 14.385 em 28 de junho de 2022, a qual determina que a ANEEL promova, nos processos tarifários, a destinação integral do crédito em questão em proveito dos consumidores afetados pela cobrança de tributo a maior. A Companhia entende que tal dispositivo legal não lhe retira o direito de ter vertido em seu favor os créditos abarcados pela prescrição (acima de 10 anos), bem como continuará acompanhando os desdobramentos deste tema, de forma a adotar as medidas que sejam necessárias para resguardar seu direito.

Sobre este tema, em dezembro/2022 a Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), entidade da qual a Companhia é associada, ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, distribuída sob nº 7324 questionando referida legislação, a qual pende de julgamento.

Importante salientar que, baseada na opinião de seus assessores legais, a Companhia entende que a necessidade de reembolso aos consumidores dos montantes recebidos após o trânsito em julgado de ação judicial está limitada ao prazo prescricional dos últimos 10 anos. Tal posicionamento foi inclusive externado pela Companhia através de contribuição apresentada no processo da Consulta Pública da ANEEL nº 05/2021, ainda sem conclusão por aquele Órgão.

Logo, a decisão contábil da Companhia de, não registrar qualquer crédito tributário em seu favor até o momento, não significa qualquer renúncia de direito.

(9) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do exercício do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2023			Receita operacional (nota 24)		Resultado financeiro (nota 27)	Devolução do crédito de PIS/COFINS	Recebimento	Saldo em 31/12/2024		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária		CDE Eletrobrás	Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	206.872	(110.379)	96.492	(79.175)	69.212	(14.684)	-	(85.576)	(30.592)	16.861	(13.731)
CVA (*)	-	-	-	-	-	-	-	(85.576)	-	-	-
CDE (**)	7.330	(68.579)	(61.248)	(36.381)	121.153	(23.508)	-	-	(57.600)	(27.961)	(85.561)
Custos energia elétrica	(328.987)	(236.763)	(565.751)	(142.936)	535.738	(25.100)	-	-	(88.285)	(109.765)	(198.050)
ESS e EER (***)	157.526	(99.465)	58.061	50.164	(7.521)	14.599	-	-	58.274	57.029	115.303
Proinfa	(1.415)	(2.935)	(4.351)	(8.650)	10.449	(834)	-	-	(677)	(2.709)	(3.386)
Rede básica	290.496	58.410	348.906	133.964	(308.877)	33.281	-	-	114.171	93.104	207.275
Repasso de Itaipu	(235.675)	65.602	(170.073)	(83.989)	125.917	(21.532)	-	-	(63.239)	(86.438)	(149.677)
Transporte de Itaipu	44.688	5.178	49.866	3.743	(42.294)	5.050	-	-	(879)	17.244	16.365
Neutralidade dos encargos setoriais	(137.213)	(40.913)	(178.126)	(36.767)	143.259	(8.239)	-	-	(40.240)	(39.633)	(79.873)
Sobrecontratação	410.330	209.085	619.415	58.091	(508.612)	11.599	-	-	64.504	115.990	180.493
Bandeira Tarifária Faturada	(208)	-	(208)	(16.412)	-	-	-	-	(16.620)	-	(16.620)
Outros componentes financeiros	(135.694)	(127.165)	(262.859)	(511.222)	645.082	(42.278)	(756.374)	-	(670.028)	(257.623)	(927.651)
Devolução do crédito de PIS/COFINS	-	(273.314)	(273.314)	(328.155)	818.549	-	(756.374)	-	(328.155)	(211.139)	(539.293)
Bandeira de escassez hídrica	-	191.181	191.181	-	(191.181)	-	-	-	-	-	-
Outros	(135.694)	(45.032)	(180.726)	(183.067)	17.714	(42.278)	-	-	(341.873)	(46.485)	(388.357)
Total	71.177	(237.543)	(166.366)	(590.397)	714.295	(56.962)	(756.374)	(85.576)	(700.619)	(240.762)	(941.381)
Ativo circulante			145.073								-
Ativo não circulante			53.791								-
Passivo circulante			(196.518)								(528.869)
Passivo não circulante			(168.712)								(412.512)

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

CVA: referem-se às contas de variação da Parcela A, conforme nota 3.13. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

Neutralidade dos encargos setoriais: refere-se à neutralidade dos encargos setoriais constantes das tarifas de energia elétrica, apurando as diferenças mensais entre a receita relativa a esses encargos e os respectivos valores contemplados no momento da constituição da tarifa das distribuidoras.

Sobrecontratação: as distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

Outros componentes financeiros: (i) Devolução do crédito de PIS/COFINS: conforme a Resolução Homologatória (“REH”) nº 3.314 relativa ao RTA de 2024, foi considerado o passivo financeiro setorial decorrente dos créditos de PIS/COFINS referente exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, cujo estava registrado em PIS/COFINS devolução consumidores, em outras contas a pagar, e foi transferido para ativos e passivos financeiros setoriais no primeiro trimestre de 2024 (nota 8.1) e **(ii) Outros:** (i) ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, valores em constituição e valores já homologados em revisão tarifária periódica e que passaram a ser amortizados pelo prazo de vigência da revisão e (ii) reversão CDE escassez hídrica, entre outros.

Recebimento – CDE Eletrobrás: conforme disposto na Resolução CNPE nº 15/2021, parte dos recursos decorrentes da Privatização da Eletrobrás estão sendo destinados à modicidade tarifária por meio de aportes ao fundo setorial CDE, desde 2022 e término em 2047. Nesse período, os recursos anuais aportados ao Fundo Setorial da CDE serão repassados às distribuidoras para reversão nos processos tarifários subsequentes em benefício dos consumidores. O repasse de 2024 ocorreu em abril e foi homologado pelo Despacho nº 1.239 de 23 de abril de 2024.

(10) DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

10.1 - Composição dos (débitos) e créditos fiscais diferidos:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Crédito (Débito) de contribuição social</u>		
Benefício fiscal do intangível incorporado	13.492	18.117
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>(183.308)</u>	<u>(83.229)</u>
Subtotal	<u>(169.816)</u>	<u>(65.112)</u>
<u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u>		
Benefício fiscal do intangível incorporado	37.477	50.326
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>(509.188)</u>	<u>(231.192)</u>
Subtotal	<u>(471.712)</u>	<u>(180.866)</u>
Total	<u>(641.528)</u>	<u>(245.978)</u>

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis e benefício fiscal do intangível incorporado, está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros.

10.2 - Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. A taxa anual de amortização aplicada é linear de 3,0% ao ano.

10.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	31/12/2024		31/12/2023	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	30.003	83.341	27.747	77.075
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19.495	54.152	17.708	49.190
Provisão energia livre	10.362	28.783	9.447	26.242
Programas de P&D e eficiência energética	7.315	20.318	6.507	18.076
Provisão relacionada a pessoal	3.756	10.434	3.557	9.881
Marcação a Mercado - Derivativos	(263)	(732)	(5.365)	(14.902)
Marcação a Mercado - Dívidas	(1.878)	(5.217)	(2.562)	(7.117)
Derivativos	(11.385)	(31.625)	17.759	49.331
Registro da concessão - ajuste do intangível	(745)	(2.069)	(1.000)	(2.778)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(275.739)	(765.941)	(236.397)	(656.660)
Outros	35.772	99.368	22.624	62.845
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado				
Perdas atuariais	-	-	56.745	157.625
Total	(183.308)	(509.188)	(83.229)	(231.192)

10.4 – Expectativa do período de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado, estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido. Sua composição é como segue:

Expectativa de recuperação

2025	257.919
2026	108.588
2027	87.560
Total	454.067

10.5 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2024 e 2023:

	2024		2023	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	2.087.968	2.087.968	2.292.348	2.292.348
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(1.995)	(3.190)	(5.854)	(5.854)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	120.941	120.941	100.968	100.968
Despesa Juros sobre o capital próprio	(138.500)	(138.500)	(169.260)	(169.260)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	(87.707)	(118.049)	6.494	(23.301)
Base de cálculo	1.980.706	1.949.169	2.224.696	2.194.901
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(178.264)	(487.292)	(200.223)	(548.725)
(Provisão) Reversão para riscos fiscais	-	-	(362)	1.409
Total	(178.264)	(487.292)	(200.584)	(547.316)
Corrente	(151.918)	(414.107)	(188.208)	(512.935)
Diferido	(26.346)	(73.186)	(12.376)	(34.381)

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

A despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no resultado do exercício de R\$ 99.532 (R\$ 46.757 em 2023) refere-se a (i) benefício fiscal do intangível incorporado R\$ 17.475 (R\$ 17.475 em 2023); (ii) diferenças temporárias R\$ 82.057 (R\$ 29.282 em 2023).

10.6 Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2024 e 2023 foram os seguintes:

	2024		2023	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Perdas (ganhos) atuariais	(675.287)	(675.287)	(1.172)	(1.172)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	154.869	154.869	-	-
Base de cálculo	(520.418)	(520.418)	(1.172)	(1.172)
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados	46.838	130.104	105	293
Limitação na constituição (reversão) de créditos fiscais constituídos	31.520	87.555	19.852	55.143
Tributos em outros resultados abrangentes sobre perdas atuariais	78.357	217.660	19.957	55.436
Risco de crédito de marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	705	705
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados sobre o risco de crédito	-	-	(63)	(176)
Total de tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	78.357	217.660	19.894	55.260

(11) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2022	7.772.666
Transferência - ativo contratual	995.141
Transferência - ativo intangível	(2.750)
Ajuste ao valor justo	437.743
Baixas	(54.662)
Saldo em 31/12/2023	9.148.138
Transferência - ativo contratual	1.139.005
Transferência - ativo intangível	(1.178)
Ajuste ao valor justo	469.588
Baixas	(66.853)
Saldo em 31/12/2024	10.688.700

O saldo refere-se ao ativo financeiro, correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização, no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão, e a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição “VNR” – nota 4), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 24) no resultado do exercício.

Em 2024, o valor das baixas de R\$ 66.853 (R\$ 54.662 em 2023) refere-se tanto à baixa do ativo de R\$ 34.393 (R\$ 26.861 em 2023) como à baixa de sua respectiva atualização de R\$ 32.460 (R\$ 27.801 em 2023).

(12) OUTROS ATIVOS

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos - fornecedores	5.251	1.299	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	30.807	29.751	-	-
Ordens em curso	86.368	192.141	-	-
Bens destinados a alienação	-	-	164	164
Serviços prestados a terceiros	12.347	4.747	-	-
Despesas antecipadas	76.434	74.980	15.648	29.643
Contas a receber - CDE	281.809	199.425	-	-
Adiantamentos a funcionários	7.825	8.760	-	-
Arrendamentos e alugueis	41.748	43.138	-	-
Outros	46.979	42.736	7.671	7.674
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.574)	(8.582)	-	-
Total	582.995	588.394	23.482	37.481

Ordens em curso – compreende a custos e receitas relacionados à desativação ou alienação, em andamento, de bens do ativo intangível e os custos dos serviços relacionados a gastos com os projetos em andamento dos Programas de Eficiência Energética (“PEE”) e Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”). Quando do encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em outras contas a pagar (nota 21).

Despesas antecipadas - refere-se principalmente a antecipação de despesas com PROINFA e licença de *software*.

Contas a receber – CDE – refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 21.660 (R\$ 28.361 em 31 de dezembro de 2023); (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 254.928 (R\$ 165.660 em 31 de dezembro de 2023) e (iii) subvenção de bandeira tarifária no montante de R\$ 5.221 (R\$ 5.404 em 31 de dezembro de 2023) (nota 24.3).

Outros: refere-se, principalmente, ao direito de uso dos contratos de arrendamento da Companhia.

(13) ATIVO CONTRATUAL

Saldo em 31/12/2022	704.103
Adições	1.569.565
Transferência - Intangível em serviço	(222.202)
Transferência - Ativo financeiro	(995.141)
Saldo em 31/12/2023	1.056.325
Adições	1.922.196
Transferência - Intangível em serviço	(199.852)
Transferência - Ativo financeiro	(1.139.005)
Saldo em 31/12/2024	1.639.665

Referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

(14) INTANGÍVEL

	Direito de concessão		Total
	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Outros ativos intangíveis	
Saldo em 31/12/2022	1.851.204	801	1.852.005
Custo histórico	6.205.731	9.723	6.215.454
Amortização acumulada	(4.354.527)	(8.922)	(4.363.449)
Amortização	(420.137)	(302)	(420.439)
Transferência - ativo contratual	222.202	-	222.202
Transferência - ativo financeiro	2.750	-	2.750
Baixa e transferência - outros ativos	(21.727)	-	(21.727)
Saldo em 31/12/2023	1.634.292	499	1.634.791
Custo histórico	6.258.381	9.723	6.268.104
Amortização acumulada	(4.624.089)	(9.224)	(4.633.313)
Amortização	(459.755)	(202)	(459.957)
Transferência - ativo contratual	199.852	-	199.852
Transferência - ativo financeiro	1.178	-	1.178
Baixa e transferência - outros ativos	(12.468)	-	(12.468)
Saldo em 31/12/2024	1.363.099	297	1.363.396
Custo histórico	6.332.977	9.723	6.342.700
Amortização acumulada	(4.969.878)	(9.426)	(4.979.304)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de "amortização".

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção, para os ativos qualificáveis. No exercício de 2024 foram capitalizados R\$ 19.430 (R\$ 16.271 em 2023), a uma taxa média de 7,66% a.a. (7,38% a.a. em 2023) (nota 27).

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2024 e 2023, não houve necessidade de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis.

(15) FORNECEDORES

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Encargos de serviço do sistema	19.632	34.209
Suprimento de energia elétrica	745.778	813.214
Encargos de uso da rede elétrica	239.168	240.891
Materiais e serviços	477.777	333.989
Energia livre	178.317	160.826
Total	<u>1.660.673</u>	<u>1.583.128</u>

(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2023	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2024
Moeda nacional						
Mensuradas ao custo						
Pós Fixado						
IPCA	1.837.490	(187.652)	161.382	-	(76.918)	1.734.301
CDI	799.669	(650.000)	33.803	-	(183.472)	-
Gastos com captação	(9.331)	-	3.140	-	-	(6.190)
Total moeda nacional	2.627.828	(837.652)	198.325	-	(260.390)	1.728.111
Moeda estrangeira						
Mensuradas ao valor justo						
Dólar	727.206	(165.049)	26.644	161.523	(26.443)	723.881
Iene	935.432	-	12.158	136.592	(11.610)	1.072.573
Marcação a mercado	(28.470)	-	7.600	-	-	(20.869)
Total moeda estrangeira	1.634.169	(165.049)	46.403	298.115	(38.053)	1.775.585
Total	4.261.997	(1.002.702)	244.728	298.115	(298.443)	3.503.696
Circulante	1.149.812					917.994
Não circulante	3.112.185					2.585.702

Modalidade	Saldo em 31/12/2022	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2023
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
Pós Fixado							
IPCA	1.885.675	-	(134.906)	167.597	-	(80.876)	1.837.490
CDI	700.728	-	-	98.941	-	-	799.669
Gastos com captação	(12.719)	-	-	3.389	-	-	(9.331)
Total moeda nacional	2.573.684	-	(134.906)	269.926	-	(80.876)	2.627.828
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao valor justo							
Dólar	1.350.703	-	(547.075)	36.028	(73.392)	(39.057)	727.206
Euro	1.113.544	-	(1.119.220)	6.889	-	(1.213)	-
Iene	-	1.101.000	-	3.659	(163.649)	(5.578)	935.432
Marcação a mercado	(35.767)	-	-	7.297	-	-	(28.470)
Total moeda estrangeira	2.428.480	1.101.000	(1.666.295)	53.873	(237.041)	(45.848)	1.634.169
Total	5.002.164	1.101.000	(1.801.201)	323.800	(237.041)	(126.724)	4.261.997
Circulante	1.861.294						1.149.812
Não circulante	3.140.870						3.112.185

Em consonância com o CPC 48, os gastos com captação referem-se aos custos diretamente atribuíveis às dívidas e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 20.869 (R\$ 28.470 em 31 de dezembro de 2023) que reduzidos das perdas não realizadas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 30.590

(perdas de R\$ 32.840 em 31 de dezembro de 2023), contratados para proteção da variação cambial (nota 31.b), geraram uma perda líquida não realizada de R\$ 9.721 (R\$ 4.370 em 31 de dezembro de 2023).

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2024	31/12/2023	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo					
Moeda nacional					
Pós Fixado					
IPCA					
FINEM	IPCA + 4,27% a 4,74%	1.734.301	1.837.490	2020 a 2027	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
CDI					
Notas Comerciais	CDI + 0,96%	-	799.669	2024	Fiança da CPFL Energia
Gastos com captação		(6.190)	(9.331)		
Total moeda nacional		1.728.111	2.627.828		
Mensuradas ao valor justo					
Moeda estrangeira					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)					
Dólar	US\$ + 2,39% a 4,84% e US\$ + Sofr + 0,99%	723.881	727.206	2022 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
lenc	lenc + 1,20%	1.072.573	935.432	2023 a 2026	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado		(20.869)	(28.470)		
Total moeda estrangeira		1.775.585	1.634.169		
Total		3.503.696	4.261.997		

Determinados empréstimos bancários, principalmente os contratados em moeda estrangeira, possuem swap convertendo variação cambial e taxa pré-fixada para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31. A taxa efetiva dos empréstimos mensurados ao custo variam de 79,0% a 108,7% do CDI.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

2026	1.255.555
2027	1.347.107
Subtotal	2.602.662
Marcação a mercado	(16.960)
Total	2.585.702

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

Indexador	Variação acumulada %		% da dívida	
	2024	2023	31/12/2024	31/12/2023
IPCA	4,83	5,19	49,32	42,89
CDI	12,15	12,65	50,68	57,11
			100,00	100,00

Pré pagamento

No exercício de 2024 foram liquidados antecipadamente R\$ 650.000 de notas comerciais, cujos vencimentos originais eram até outubro de 2024.

Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas à índices financeiros da controladora CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia"). Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições

mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2024.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras da Companhia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 4,00.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e,
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25

A definição de EBITDA na controladora CPFL Energia, para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária detida direta ou indiretamente (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

(17) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2023	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2024
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	3.964.089	1.768.000	(968.143)	559.315	(550.794)	4.772.468
IPCA	433.449	-	(254.601)	26.622	(20.801)	184.669
Gastos com captação	(12.027)	(4.873)	-	5.520	-	(11.380)
Total ao custo	4.385.511	1.763.127	(1.222.744)	591.458	(571.595)	4.945.757
Mensuradas ao valor justo						
Pós fixado						
IPCA	760.175	-	-	82.075	(43.940)	798.310
Marcação a mercado	(14.952)	-	-	(77.651)	-	(92.604)
Total ao valor justo	745.223	-	-	4.423	(43.940)	705.707
Total	5.130.734	1.763.127	(1.222.744)	595.881	(615.534)	5.651.464
Circulante	279.250					392.430
Não circulante	4.851.484					5.259.034

Modalidade	Saldo em 31/12/2022	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2023
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	3.959.118	-	-	550.151	(545.179)	3.964.089
IPCA	652.891	-	(244.250)	55.845	(31.038)	433.449
Gastos com captação	(15.530)	-	-	3.503	-	(12.027)
Total ao custo	4.596.479	-	(244.250)	609.499	(576.217)	4.385.511
Mensuradas ao valor justo						
Pós fixado						
IPCA	-	750.000	-	10.175	-	760.175
Marcação a mercado	-	-	-	(14.952)	-	(14.952)
Total ao valor justo	-	750.000	-	(4.777)	-	745.223
Total	4.596.479	750.000	(244.250)	604.722	(576.217)	5.130.734
Circulante	260.095					279.250
Não circulante	4.336.384					4.851.484

Em consonância com o CPC 48, os gastos com emissão referem-se aos custos diretamente atribuíveis à emissão das debêntures e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo a reduzir o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas debêntures foram de R\$ 92.604 (R\$ 14.952 em 31 de dezembro de 2023), que reduzidos das perdas obtidas não realizadas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 59.087 (ganhos R\$ 77.496 em 31 de dezembro de 2023), contratados para proteção da variação de taxa de juros (nota 31), geraram um ganho líquido não realizado de R\$ 33.517 (R\$ 92.448 em 31 de dezembro de 2023).

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2024	31/12/2023	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo					
Pós fixado					
CDI	CDI + 0,96% a 1,50%	4.772.468	3.964.089	2021 a 2031	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + de 4,30% a 6,18%	184.669	433.449	2022 a 2035	Fiança da CPFL Energia
Gastos com captação		(11.380)	(12.027)		
Total mensuradas ao custo		4.945.757	4.385.511		
Mensuradas ao valor justo					
Pós fixado					
IPCA	IPCA + de 6,18%	798.310	760.175	2031 a 2035	Fiança da CPFL Energia
Marcação a mercado		(92.604)	(14.952)		
Total mensuradas ao valor justo		705.707	745.223		
Total		5.651.464	5.130.734		

Algumas debêntures possuem *swap* convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31. A taxa efetiva das debêntures mensuradas ao custo variam de CDI + 0,55% a 1,20% e IPCA + 4,98% a 5,30%.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

2026	3.539.218
2027	275.015
2028	299.551
2029	449.581
2031 a 2035	<u>788.273</u>
Subtotal	5.351.638
Marcação a mercado	<u>(92.604)</u>
Total	<u>5.259.034</u>

Adições no exercício:

Modalidade	Quantidade emitida	Montantes liberado em 2024	Líquido dos gastos de emissão	Pagamento de juros	Amortização do principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro/Taxa efetiva anual
Moeda nacional - CDI							
14ª Emissão	1.018.000	1.018.000	1.015.064	Trimestral	Parcelas trimestrais - Início em jun-24	Capital de giro	CDI + 0,55%
15ª Emissão	750.000	750.000	748.063	Trimestral	05 Parcelas trimestrais a partir de setembro de 2028	Capital de giro	CDI + 0,49%
	<u>1.768.000</u>	<u>1.768.000</u>	<u>1.763.127</u>				

Pré pagamento

No exercício de 2024 foram liquidadas antecipadamente R\$ 750.000 de debêntures da 11ª emissão, cujo vencimento original era até dezembro de 2028.

Condições restritivas:

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia.

As apurações são feitas semestralmente, apresentamos abaixo os parâmetros de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2024.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

(18) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados conforme abaixo:

18.1 – Características:

Atualmente vigora, para os funcionários através da Vivest dois planos, com as seguintes características:

1) PPCPFL – Plano de benefício misto (fechado para adesões)

a) Plano de Benefício Definido (“BD”) - vigente até 31 de outubro de 1997 - plano de benefício saldado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (“BSPS”), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir

do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia.

b) Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla:

- Os benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia, e
- As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição variável, que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a Companhia.

Em 30 de agosto de 2022 foi aprovada alteração no regulamento do plano para permitir que os assistidos e pensionistas realizassem a conversão voluntária da Renda Vitalícia para a Renda Financeira. Optando pela Renda Financeira, o assistido deixa de ter um benefício definido e passa a ter um benefício flexível e de acordo com o saldo acumulado.

2) CD CPFL – Plano de contribuição definida (aberto para adesões)

Plano cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos.

Adicionalmente, para os gestores da Companhia há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (contribuição definida), mantido através Bradesco.

18.2 – Movimentações dos planos de benefício definido:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	5.238.925	5.988.342
Valor justo dos ativos do plano	(5.147.907)	(5.019.755)
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	<u>91.019</u>	<u>968.587</u>
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	156.833	-
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	(57.738)	-
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	<u>190.114</u>	<u>968.587</u>

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	Passivo	Ativo
Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2022	6.263.349	(4.980.780)
Custo do serviço corrente bruto	903	-
Rendimento esperado no exercício	-	(514.680)
Ganho/Perda decorrente de conversão voluntária de renda *	(105.687)	88.412
Juros sobre obrigação atuarial	620.717	-
Contribuições de patrocinadoras	-	(402.475)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	-	67.112
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(68.284)	-
Benefícios pagos no exercício	(722.656)	722.656
Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2023	5.988.342	(5.019.755)
Custo do serviço corrente bruto	623	-
Juros sobre obrigação atuarial	559.491	-
Rendimento esperado no exercício	-	(505.134)
Contribuições de patrocinadoras	-	(318.670)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	-	34.010
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(647.888)	-
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	(57.738)	-
Benefícios pagos no exercício	(661.642)	661.642
Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2024	5.181.187	(5.147.907)

18.3 - Movimentações dos passivos registrados:

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Passivo atuarial líquido no início do exercício	968.587	1.282.569
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	56.944	89.664
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício	(318.670)	(402.475)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(647.888)	(68.284)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	34.010	67.112
Efeito "Risk Sharing"	(57.738)	-
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	154.869	-
Passivo atuarial líquido no final do exercício	190.114	968.587
Dívida financeira	117.122	151.647
Outras contribuições	6.782	6.122
Total passivo	314.018	1.126.355
Circulante	231.469	429.799
Não circulante	82.549	696.556

18.4 - Contribuições e benefícios esperados:

As contribuições esperadas ao plano para o exercício de 2025 estão apresentadas no montante de R\$ 326.887.

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

Ano de pagamento	
2025	576.101
2026	586.618
2027	596.143
2028	604.126
2029 a 2031	3.710.894
Total	6.073.882

Em 31 de dezembro de 2024, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 7,1 anos.

18.5 – Receitas e despesas com entidade de previdência privada:

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as despesas a serem reconhecidas no exercício de 2025 e as despesas reconhecidas em 2024 e 2023, são como segue:

	2025	2024	2023
	Estimadas	Realizadas	Realizadas
Custo do serviço	259	623	903
(Ganho) / perda decorrente de liquidação antecipada do plano	-	-	(17.275)
Juros sobre obrigações atuariais	578.369	559.491	620.717
Rendimento esperado dos ativos do plano	(593.754)	(505.134)	(514.681)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	18.538	1.964	-
Total da despesa (receita)	3.412	56.944	89.664

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	31/12/2024	31/12/2023
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	11,82% a.a.	9,71% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	11,82% a.a.	9,71% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	4,49% a.a. (*)	4,45% a.a. (*)
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	3,89% a.a.	3,85% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para as taxas nominais acima):	3,89% a.a.	3,85% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT2000(-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Mercer Disability, suavizada 50% Masculina	Mercer Disability (-50)
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR 2013 a 2021	ExpR 2013 a 2021
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres

18.6 - Ativos do plano:

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, administrados pela Vivest. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2025, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2024.

A composição dos ativos administrados pelo plano é como segue:

	2024	2023
Renda fixa	86%	85%
Títulos públicos federais	34%	35%
Títulos privados (instituições financeiras)	0%	0%
Títulos privados (instituições não financeiras)	1%	1%
Fundos de investimento multimercado	0%	0%
Outros investimentos de renda fixa	51%	49%
Renda variável	8%	8%
Fundos de investimento em ações	8%	8%
Investimentos estruturados	2%	3%
Fundos imobiliários	1%	0%
Fundos de investimento multimercado	1%	2%
Cotados em mercado ativo	96%	95%
Imóveis	1%	1%
Operações com participantes	1%	1%
Outros ativos	1%	3%
Depósitos judiciais e outros	1%	3%
Não cotados em mercado ativo	4%	5%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos do plano.

	Meta 2025
Renda fixa	88,5%
Imóveis	1,1%
Empréstimos e financiamentos	1,3%
Investimentos estruturados	8,8%
Investimentos no exterior	0,4%
	100,0%

A meta de alocação para 2025 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Vivest efetuada ao final de 2024 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2025, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para as fundações atingirem os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de Asset Liability *Management* – ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) do plano previdenciário administrado pela Vivest.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos, que compreende as participações alvo nos segmentos nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativo, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos do plano, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial do plano e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos.

Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos do plano previdenciário para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez dos mesmos, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais

são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais do plano de benefício.

18.7 - Análise de sensibilidade:

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação do benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33.

- Se a taxa de desconto nominal fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta), a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 92.488 (redução de R\$ 89.519).
- Se a tábua biométrica de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 117.968 (redução de R\$ 119.761).

A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 11,82% a.a.. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 11,57% a.a. e 12,07% a.a..

A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000(-10). As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

18.8 - Risco de investimento:

O plano de benefício da Companhia possui a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos. No primeiro trimestre, houve a aprovação pelo órgão fiscalizador, a Previc, da troca do indexador que reajusta os benefícios dos planos de IGP-DI para IPCA, o que possibilita melhores condições para o equilíbrio entre ativo (investimentos) e passivo (pagamento de benefícios).

O plano de benefício da Companhia tem sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, bem como pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo, além dos órgãos de fiscalização como Conselho Fiscal e auditorias interna e externas. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação das políticas de investimentos, do plano de aplicação do patrimônio dos planos e da gestão previdenciária dos planos. Os resultados dos investimentos são acompanhados pela Diretoria de Investimentos e Patrimônio e apresentados periodicamente ao Comitê de Investimentos, ao Comitê Gestor e ao Conselho Deliberativo.

Na *VIVEST*, o “Apetite” aos riscos de investimentos está formalizado na Política de Gestão de Riscos Corporativos, aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade, sendo que referido “Apetite” aos riscos de investimentos é desdobrado para as áreas de investimentos na forma de “tolerâncias” a riscos de investimentos, que são limites de riscos aprovados pela Diretoria Executiva e controlados pela Gerência Executiva GRC, área que responde diretamente ao Diretor Presidente da Vivest.

A Vivest utiliza, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco (“VaR”), *Tracking Risk*, *Tracking Error* e Teste de Perda em Cenário de Estresse (“*Stress Test*”).

A Política de Investimentos da Vivest determina restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelece a estratégia do plano, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente. Não há propriedades ocupadas pela Companhia e entre os ativos dos planos.

(19) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda e contribuição social a recolher				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	9.912	140.865	4.059	31.341
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	3.762	52.359	8.350	13.161
Total	13.674	193.225	12.408	44.502

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher				
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	216.643	293.216	-	-
Programa de integração social - PIS	11.699	14.475	-	-
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	54.424	67.340	-	-
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	-	6.240	-	-
Transação tributária relacionada a contencioso judicial - dívida previdência privada	135.427	194.043	992.608	925.899
Outros	24.913	24.325	-	-
Total	443.106	599.639	992.608	925.899

Transação tributária relacionada a contencioso judicial – dívida previdência privada

Em 27 de dezembro de 2022 foi celebrada Transação Tributária entre a Companhia e a Procuradoria da Fazenda Nacional (“PGFN”), com base na Lei nº 14.375, de 21 de junho de 2022, regulamentada pela Portaria PGFN/ME nº 6.757, de 29 de julho de 2022 e pela Portaria PGFN nº 10.826, de 22 de dezembro de 2022, referente aos processos relacionados às discussões acerca da dedutibilidade, para fins de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), das despesas reconhecidas no ano de 1997, referente à novação de dívida relativa ao plano de previdência dos funcionários da Companhia perante a Fundação CESP (atual “Vivest”). A administração baseou a decisão de celebrar a transação e desistir da discussão judicial após considerar o atual estágio de discussão do processo, possível risco de desfecho em contrapartida com os benefícios financeiros atrelados à celebração da transação. Nos termos do referido acordo e, em contrapartida à extinção dos processos judiciais objeto do mesmo, o valor da dívida tributária determinado na Transação, na data base 1 de novembro de 2022, foi de R\$ 1.288.174. Os valores depositados judicialmente pela Companhia nos autos das Execuções Fiscais foram utilizados para a amortização dos saldos dos débitos tributários, resultando em uma dívida líquida total de R\$ 1.022.048 (data base 1 de novembro, 2022), que atualizado para 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.025.193.

Em maio de 2023 a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional “PGFN” consolidou a dívida tributária determinada na Transação no montante de R\$ 1.055.378. Na ocasião, o acordo firmado estabeleceu que o saldo mencionado seria quitado em 60 (sessenta) parcelas, no entanto, em 2024, foi celebrado um Termo de Aditamento, o qual alterou a condição original, ampliando o número de parcelas para 120 (cento e vinte) mantidos inalterados todos os demais termos e condições da transação. Saldo atualizado do parcelamento em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 1.128.035.

Com relação às garantias financeiras (seguros e fianças bancárias), cujo montante em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 1.139.224 (R\$ 1.716.086 em 31 de dezembro de 2023), serão mantidas em valor suficiente para garantir a Transação, podendo haver alteração no valor com autorização prévia da Fazenda Nacional, na proporção do que for amortizado do débito no âmbito da transação.

Diante da celebração da Transação Tributária e reconhecimento contábil da dívida, a Companhia adotará as medidas judiciais cabíveis para o cumprimento das condições estabelecidas e a extinção dos processos judiciais correlatos, conforme os termos da Transação.

Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ: no não circulante, refere-se às provisões para riscos fiscais referentes aos tributos sobre o lucro.

A Companhia possui outros tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota 20.

(20) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2024		31/12/2023	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	108.511	22.624	96.481	19.442
Cíveis	105.430	7.457	97.082	8.750
Fiscais	76.338	20.753	73.331	88.239
Regulatórios	27.516	-	24.884	-
Total	317.795	50.835	291.777	116.431

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
Trabalhistas	96.481	24.932	(4.317)	(18.426)	9.842	108.511
Cíveis	97.082	58.206	(13.301)	(52.696)	16.138	105.430
Fiscais	73.331	952	(2.369)	(802)	5.226	76.338
Regulatórios	24.884	-	-	-	2.632	27.516
Total	291.777	84.089	(19.987)	(71.923)	33.838	317.795

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- Trabalhistas** - as principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).
- Cíveis:** as principais causas cíveis relacionam-se a danos pessoais, como pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.
- Fiscais:** refere-se a outros processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrentes das operações dos negócios da Companhia, relacionados a assuntos fiscais envolvendo principalmente INSS, FGTS, SAT, PIS e COFINS; e
- Regulatórios** - os processos administrativos regulatórios estão relacionados a fiscalizações do órgão regulador.

Perdas possíveis

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estavam assim representadas:

	31/12/2024	31/12/2023	Principais causas
Trabalhistas	86.729	98.279	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	695.626	595.032	Ações indenizatórias, danos elétricos, majoração tarifária, revisão de contratos e cobranças por ocupação de faixa de domínio
Fiscais	206.593	216.302	Imposto de Renda e Contribuição Social
Fiscais - Outros	775.048	689.487	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Regulatório	56.314	58.785	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	1.820.310	1.657.885	

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(21) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Consumidores e concessionárias	318.473	199.659	-	-
Bônus Itaipu	86.135	-	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	73.007	129.411	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	47.157	87.017	30.459	12.856
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	22.779	30.286	-	-
Adiantamentos	5.723	4.577	1.019	1.890
Folha de pagamento	8.568	8.537	-	-
Participação nos lucros	41.943	41.040	15.209	14.172
Convênios de arrecadação	70.412	58.333	-	-
Outros	32.990	10.547	1.817	2.199
Total	707.187	569.408	48.505	31.117

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

Consumidores e concessionárias: referem-se a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos.

Bônus Itaipu: refere-se ao valor recebido da Companhia Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar) em decorrência do saldo anual superavitário da Conta Comercialização da Energia Elétrica da usina hidrelétrica de Itaipu (Conta de Itaipu) referente ao ano 2023, que será repassado aos consumidores das classes residencial e rural que tiveram ao menos um mês de consumo inferior a 350 kWh no mesmo ano que houve superávit na Conta de Itaipu, por meio de aplicação da Tarifa Bônus definida pela Superintendência de Gestão Tarifária e Regulação Econômica (STR) da ANEEL. Em 2024, foi homologado por meio da REH nº 3.420, e será repassado aos consumidores elegíveis nas faturas que serão emitidas a partir de janeiro de 2025.

Programas de eficiência energética - PEE e Pesquisa e desenvolvimento - P&D: a Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de PEE e P&D. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. Adicionalmente a Lei nº 14.120 em 1º de março de 2021 e ao Despacho ANEEL nº 904 de 30 de março de 2021, estabelecem que entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025, até 30% dos valores previstos para os programas de PEE e P&D, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020, deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária.

Adiantamentos: referem-se a adiantamentos realizados por consumidores para execução de obras e serviços e adiantamento relativo ao aluguel de postes.

Participação nos lucros: em conformidade com o acordo coletivo de trabalho, a Companhia implantou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos.

Convênios de arrecadação: referem-se a convênios firmados com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referentes à contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros.

Outros: refere-se, principalmente ao passivo de arrendamento a pagar da Companhia.

(22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação do acionista no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Total	%
CPFL Energia S/A	880.653.030	880.653.030	100,00
Ações em tesouraria	1	1	-
Total	880.653.031	880.653.031	100,00

22.1 Gestão do capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2024, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 2,54 vezes o EBITDA em 2024 (2,32 vezes em 2023), no critério de medição dos covenants financeiros da Companhia, menor do que no ano anterior. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 4,00, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição.

22.2 – Capital social

Através da AGO/E de 25 de abril de 2024, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 17.475, referente capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2023, sem emissão de novas ações.

22.3 - Dividendo e Juros sobre capital próprio (“JCP”)

Na AGO/E de 25 de abril de 2024 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2023, através de (i) juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 169.260 e (ii) dividendo adicional proposto no montante de R\$ 445.406.

Adicionalmente, a Companhia declarou, no exercício de 2024:

- Juros sobre capital próprio no montante de R\$ 138.500 (R\$ 117.725 líquido de IRRF), os quais serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2024, aprovados em AGE em (i) AGE de 28 de março de 2024 o montante de R\$ 51.200; (ii) AGE de 30 de setembro de 2024 o montante de R\$ 30.000 e AGE de 30 de dezembro de 2024 o montante de R\$ 57.300;
- Dividendo adicional proposto no montante de R\$ 388.791 e dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 237.004, que serão deliberados na AGO de abril de 2025.

No exercício de 2024, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 524.286 referente a dividendos e Juros sobre capital próprio.

22.4 - Reserva de capital

Refere-se basicamente ao benefício fiscal do intangível incorporado oriundo da incorporação da antiga controladora DOC 4 de R\$ 56.868.

22.5 - Reserva de lucros

O saldo da Reserva de lucros em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 2.344.728, correspondente a (i) Reserva legal R\$ 279.148, (ii) Reserva de lucros a realizar R\$ 1.043.738 e (iii) Reserva estatutária – reforço de capital de giro R\$ 1.021.842.

22.6 – Resultado abrangente acumulado

É composto por:

O saldo do resultado abrangente acumulado é composto pela entidade de previdência privada com saldo devedor de R\$ 1.131.026, de acordo com o CPC 33 (R2);

22.7 – Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	<u>2024</u>
Lucro líquido base para destinação	1.422.412
Reserva legal	(3.495)
Reserva de lucros a realizar	(288.504)
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(366.118)
Dividendos adicional proposto	(388.791)
Juros sobre o capital próprio	(138.500)
Dividendo mínimo obrigatório	(237.004)

Considerando o elevado plano de investimentos da Companhia para os próximos anos, a Administração está propondo a destinação de R\$ 366.118 à Reserva estatutária - reforço de capital de giro. Adicionalmente, parte do lucro do ano foi alocada à Reserva de lucros a realizar no montante de R\$ 288.504, referente principalmente à atualização monetária do ativo financeiro da concessão. Eventuais alterações nestas perspectivas que reflitam em alterações nas reservas poderão ser realizadas durante o exercício de 2025, mediante aprovação da Administração.

(23) LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação – básico

O cálculo do lucro por ação básico em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores	1.422.412	1.544.447
Denominador		
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	880.653.031	880.653.031
Lucro líquido básico por ação ordinária - R\$	1,62	1,75

Nos exercícios de 2024 e 2023 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

(24) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Nº de Consumidores		GWh		R\$ mil	
	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Receita de operações com energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	4.660.241	4.565.496	11.380	10.653	9.916.757	8.734.569
Industrial	23.684	25.878	1.235	1.680	1.070.973	1.272.816
Comercial	251.977	244.044	3.358	3.581	3.055.630	3.009.209
Rural	70.674	71.973	1.060	907	737.657	606.625
Poderes públicos	32.671	31.176	821	741	677.912	579.770
Iluminação pública	7.546	7.174	936	977	490.122	487.372
Serviço público	5.636	5.444	1.041	1.088	812.976	780.429
Fornecimento faturado	5.052.429	4.951.185	19.831	19.627	16.762.027	15.470.790
Consumo próprio	481	478	23	23	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)					(279.635)	186.080
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo					(8.626.869)	(8.053.483)
Fornecimento de energia elétrica	5.052.910	4.951.663	19.854	19.650	7.855.523	7.603.387
Concessionárias, permissionárias e autorizadas			72	74	41.646	39.608
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo					(16.705)	(15.117)
Energia elétrica de curto prazo			1.153	2.441	88.830	172.030
Suprimento de energia elétrica			1.224	2.514	113.771	196.521
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					8.643.574	8.068.600
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					3.221.852	2.770.836
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos					(42.921)	(48.635)
Receita de construção da infraestrutura de concessão					1.911.367	1.577.797
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 9)					123.898	748.745
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 11)					437.128	409.942
Aporte CDE - baixa renda e demais subsídios tarifários					1.054.218	813.947
Outras receitas e rendas					341.298	333.642
Outras receitas operacionais					15.690.414	14.674.874
Total da receita operacional bruta					23.659.709	22.474.781
Deduções da receita operacional						
ICMS					(3.341.483)	(2.740.206)
PIS					(290.502)	(285.819)
COFINS					(1.338.068)	(1.322.066)
ISS					(218)	(654)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(2.797.907)	(2.824.319)
Programa de P & D e eficiência energética					(132.021)	(128.803)
PROINFA					(145.488)	(148.890)
Bandeiras tarifárias e outros					(35.210)	-
Outros					(71.349)	(197.199)
					(8.152.246)	(7.647.956)
Receita operacional líquida					15.507.463	14.826.825

24.1 Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

No procedimento de regulação tarifária ("PRORET"), no submódulo 2.7 Outras Receitas, aprovado pela REN ANEEL nº 463, de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisão tarifária periódica, devem ser contabilizadas como obrigações especiais, em subconta específica e serão amortizadas a partir da próxima revisão tarifária. Para a Companhia em função do 4º ciclo de revisão tarifária periódica, a partir de novembro de 2017, essa obrigação especial passou a ser amortizada. Os novos valores decorrentes de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser constituídos em ativos e passivos financeiros setoriais, homologados em revisão tarifária periódica e amortizados até a próxima revisão tarifária periódica, e assim sucessivamente, conforme dispõe o submódulo 2.1 Procedimentos Gerais do PRORET.

Em 7 de fevereiro de 2012, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica ("ABRADEE") conseguiu a suspensão dos efeitos da REN nº 463, onde foi deferido o pedido de antecipação de tutela final e foi suspensa a determinação de contabilização das receitas oriundas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos como obrigações especiais. Em junho de 2012, foi deferido o efeito suspensivo requerido pela ANEEL em seu Agravo de Instrumento e suspendendo a antecipação de tutela originalmente deferida em favor da ABRADEE. Atualmente aguarda-se a apresentação do Laudo Pericial pelo Sr. Perito do Juízo e o julgamento da ação para determinar o tratamento definitivo dessas receitas. Esses valores foram provisionados como (i) obrigações especiais e estão sendo amortizadas e apresentadas líquidas no

ativo intangível da concessão, em atendimento ao CPC 25 e (ii) passivos financeiros setoriais os quais estão sendo amortizados e apresentados líquido na receita operacional líquida.

24.2 – Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) e Revisão Tarifária Periódica (“RTP”)

Em abril de cada ano, a ANEEL, através de Resolução Homologatória (“REH”), reajusta a tarifa da Companhia. As tarifas têm vigência de 08 de abril até 07 de abril do ano subsequente e os últimos reajustes com reflexos nessas demonstrações financeiras, foram:

Em 02 de abril de 2024, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) Nº 3.314, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia em 3,91%, sendo 2,03% referentes ao reajuste tarifário econômico e 1,88% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 1,46%.

Em 06 de abril de 2023, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) Nº 3.183, relativo à revisão tarifária periódica - RTP, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, em 3,36%, sendo 1,08% referentes ao reajuste tarifário econômico e 2,28% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 4,89%.

24.3 – Aporte CDE – baixa renda e demais subsídios tarifários

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No exercício de 2024, foi registrada receita de R\$ 1.054.218 (R\$ 813.947 em 2023), sendo: (i) R\$ 120.969 (R\$ 118.448 em 2023) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 761.174 (R\$ 598.010 em 2023) referentes a outros descontos tarifários, (iii) R\$ 58.522 (R\$ 60.329 em 2023) de subvenção CCRBT e (iv) R\$ 113.553 (R\$ 37.160 em 2023) de custeio temporário dos componentes tarifárias não associadas ao custo da energia e não remuneradas pelo consumidor-gerador, incidentes sobre a energia elétrica compensada pelas unidades consumidoras participantes do Sistema de Compensação de Energia Elétrica (“SCEE”) conforme institui a Lei nº 14.300 de 6 de janeiro de 2022.

24.4 – Conta de desenvolvimento energético – (“CDE”)

A ANEEL, por meio da REH nº 3.305, de 14 de novembro de 2023, estabeleceu as quotas mensais provisórias da CDE-USO.

A REH nº 3.426, de 10 de dezembro de 2024, estabeleceu as quotas definitivas da CDE-USO de 2024 e as quotas da CDE-GD, criada pela Lei nº 14.300 de 2022, cujos valores foram pagos a partir do mês subsequente ao processo tarifário de 2024.

A CDE Conta-Covid foi criada pela REN nº 885, de 23 de junho de 2020 com as quotas homologadas pelo Despacho nº 181 de 26 de janeiro de 2021, com retificação por meio do Despacho nº 939 de 05 de abril de 2021. O Despacho nº 689 de 06 de março de 2024 homologou os valores revisados das quotas mensais da CDE Conta-Covid.

A CDE Escassez Hídrica, criada pela REN nº 1.008 de 15 de março de 2022, cujas quotas foram homologadas por meio do Despacho nº 510 de 24 de janeiro de 2023, sendo os valores pagos a partir do mês subsequente ao processo tarifário de 2023.

A Medida Provisória nº 1.212/2024 e a Portaria Interministerial MME/MF nº 1/2024 regulamentaram a quitação antecipada da CDE Conta-Covid e CDE Escassez Hídrica utilizando os recursos da CDE Eletrobrás. Os pagamentos dessas contas foram encerrados em setembro de 2024.

(25) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$ mil	
	2024	2023	2024	2023
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	4.463	4.478	1.023.741	966.979
PROINFA	442	453	180.683	209.036
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	19.824	21.179	5.590.418	5.264.802
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(592.824)	(572.570)
Subtotal	24.729	26.111	6.202.017	5.868.247
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica			1.784.294	1.718.704
Encargos de transporte de Itaipu			164.193	164.554
Encargos de conexão			46.896	43.294
Encargos de uso do sistema de distribuição			-	27.962
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)			82.464	77.879
Encargos de energia de reserva - EER			454.151	491.431
Crédito de PIS e COFINS			(234.206)	(233.450)
Subtotal			2.297.792	2.290.373
Total			8.499.809	8.158.621

(*) Conta de energia de reserva

(26) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Outros custos com operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Outras despesas operacionais						Total	
	2024	2023	2024	2023	Vendas		Gerais e administrativas		Outros		2024	2023
					2024	2023	2024	2023	2024	2023		
Pessoal	349.622	355.939	-	-	52.999	51.624	144.209	130.670	-	-	546.830	538.233
Entidade de previdência privada	56.944	89.664	-	-	-	-	-	-	-	-	56.944	89.664
Material	90.298	98.926	1.245	979	1.130	657	7.986	8.562	-	-	100.659	109.124
Serviços de terceiros	213.409	195.530	1.874	1.646	142.974	140.876	197.606	177.432	-	-	555.863	515.485
Custos com construção da infraestrutura	-	-	1.911.367	1.577.797	-	-	-	-	-	-	1.911.367	1.577.797
Outros	(2.732)	3.080	31	30	35.116	36.822	123.585	133.969	51.174	51.683	207.174	225.584
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	34.949	36.274	-	-	-	-	34.949	36.274
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	10.395	9.571	-	-	10.395	9.571
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	91.138	96.336	-	-	91.138	96.336
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	45.663	46.410	45.663	46.410
Outros	(2.732)	3.080	31	30	167	547	22.052	28.062	5.511	5.273	25.029	36.994
Total	707.541	743.141	1.914.516	1.580.453	232.219	229.979	473.387	450.632	51.174	51.683	3.378.838	3.055.888

(27) RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	111.241	196.711
Acréscimos e multas moratórias	191.125	158.202
Atualização de créditos fiscais	251.284	330.762
Atualização de depósitos judiciais	5.957	8.993
Atualizações monetárias e cambiais	35.179	36.064
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	17.805	30.154
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 9)	15.572	77.337
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(10.960)	(23.991)
Outros	18.316	18.053
Total	635.518	832.285
Despesas		
Encargos de dívidas	(798.070)	(858.432)
Atualizações monetárias e cambiais	(396.052)	(376.488)
(-) Juros capitalizados	19.430	16.271
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 9)	(72.534)	(31.911)
Atualização da exclusão do ICMS da base de PIS/COFINS (nota 8.1)	(149.161)	(254.639)
Outros	(125.633)	(88.627)
Total	(1.522.021)	(1.593.826)
Resultado financeiro	(886.502)	(761.541)

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 7,66% a.a. em 2024 (7,38% a.a. em 2023) sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos dos ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 12.606 (perdas R\$ 367.624 em 2023) (nota 31).

(28) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 31 de dezembro de 2024 as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- Intangível, ativo contratual, materiais e prestação de serviços** - Refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição, e contratação de serviços de engenharia e consultoria.
- Compra e venda de energia no mercado regulado e encargos** - A Companhia cobra tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo Poder Concedente. A Companhia também adquire energia de

partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Vivest, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações, vide nota 18 - Entidade de Previdência Privada.

A controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do Grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2024 conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05(R1) - Partes Relacionadas foi de R\$ 11.306 (R\$ 10.544 em 2023). Este valor é composto por R\$ 8.729 (R\$ 8.606 em 2023) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 197 (R\$ 188 em 2023) de benefícios pós-emprego e R\$ 2.380 (R\$ 1.750 em 2023) de outros benefícios de longo prazo, e referem-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China) referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa / Custo	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Alocação de despesas entre empresas								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	5.978	8.405	3.596	3.165	-	-	(28.794)	(38.185)
Arrendamento e aluguel								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	4.890	-	-	3.748	2.978	-	-
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia	-	-	311.209	35.360	-	-	-	-
Ativo contratual, intangível, materiais e prestação de serviço								
Entidades sob o controle comum	-	1.638	-	1.098	-	-	-	-
Entidades sob o controle da CPFL Energia (*)	2.135	1.260	129.929	84.904	226	62	359.324	374.289
Compra e venda de energia e encargos								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	1.162	881	95.425	38.126	5.710	15.243	839.985	491.144
Empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia	-	-	46.330	112.334	-	-	527.880	906.610
Encargos - Rede básica								
Entidades sob o controle comum	-	-	-	-	-	-	168.829	171.628
Outras operações financeiras								
State Grid Brazil Power Participações S.A. (**)	-	-	1.126.772	1.126.572	-	-	132.804	6.572
Outros								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	2.223	2.326
Entidades sob o controle da CPFL Energia	198	187	28.654	18.618	553	-	-	-
Entidades sob o controle comum	-	-	-	-	(548)	-	-	-

(*) A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de informática e construção civil no exercício. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados o montante de R\$ 26.664 no exercício (R\$ 39.567 em 2023), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

(**) Em 21 de dezembro de 2022 a Companhia efetuou a emissão de debêntures no montante de R\$ 3.192.000 MM, com taxa efetiva anual de CDI + 1,20% pelo prazo de quatro anos, sendo adquirida pela State Grid Brazil Power Participações S.A com saldo em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 1.126.772 MM (R\$ 1.126.572 MM em 31 de dezembro de 2023).

(29) SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

<u>Descrição</u>	<u>Ramo da apólice</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativo financeiro da concessão / Intangível	Riscos nomeados	156.000
Transporte	Transporte nacional	459.199
Responsabilidade civil	Geral e risco ambiental	50.736
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	581.336
Garantia	Seguro Garantia	1.869.122
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	150.000
Total		<u>3.266.392</u>

Determinadas apólices para cobertura de responsabilidade civil são compartilhadas entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago proporcionalmente por cada empresa envolvida de acordo com critérios definidos pela Administração.

(30) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem principalmente distribuição de energia elétrica. Como concessionária de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas da Companhia são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve as áreas de negócio, a Diretoria de Auditoria, Riscos, Integridade e DPO (*Data Protection Officer*), a Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria o Conselho de Administração e conselho fiscal da CPFL Energia. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gerenciamento de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia:

- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos;
- Tomar conhecimento sobre as alterações no Mapa Corporativo de Risco;
- Deliberar sobre as mudanças de limite de riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia;
- Deliberar sobre a inclusão ou exclusão de Riscos no Mapa Corporativo de Riscos;
- Tomar conhecimento de exposições e planos de ação em caso de eventual extrapolação do limite de riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia.

Cabe ao Comitê de Auditoria:

- Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- Assessorar o Conselho de Administração da CPFL Energia no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, nos controles internos e no gerenciamento de riscos.

Ao Conselho Fiscal compete, entre outros:

- Certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração, divulgação e acuracidade das demonstrações financeiras aos quais o Grupo CPFL está exposto, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva cabe:

- Recomendar mudança de metodologias de limite de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia;
- Avaliar a eficácia da Política de Gerenciamento de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e prestar contas ao Conselho de Administração da CPFL Energia sobre essa avaliação;
- Tomar conhecimento de exposições e planos de ação em caso de eventual extrapolação dos limites de riscos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, *Compliance* e DPO é responsável por:

- Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos;
- Desenvolver e definir, em conjunto com os gestores dos negócios, indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação da exposição e propostas de limite. Além de, sob demanda, avaliar necessidade de revisões;
- Monitorar as exposições aos riscos de acordo com suas respectivas periodicidades de atualização e acompanhar a implantação dos planos de ação pelos gestores dos negócios;
- Reportar semestralmente em Reunião de Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e reunião do Conselho de Administração da CPFL Energia as exposições do Mapa Corporativo de Riscos;
- Em caso de extrapolação do limite de risco:
 - a) Validar o preenchimento do Formulário de Extrapolação de Limites de Risco, realizado pelo(a) responsável pelo risco, e avaliar suficiência das informações;
 - b) Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa para a Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração da CPFL Energia;
 - c) Acompanhar o status dos planos de ação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados até a sua conclusão.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *swap*. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 31. Adicionalmente a Companhia está exposta em suas atividades operacionais à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege a Companhia de eventuais perdas econômicas.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 31.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento.

Risco de sub/sobrecontratação: Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual a Companhia e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. A Companhia pode ficar impossibilitada de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada. No primeiro caso a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD (Preço de liquidação das diferenças) inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão. No segundo caso, além da Companhia ser obrigada a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuir garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Em 2024, observou-se uma hidrologia desfavorável, especialmente na região sudeste/centro-oeste, com ocorrência de eventos extremos pontuais (cheias no Rio Grande do Sul e grandes períodos secos na região Norte do país). Contudo, devido à diversificação da matriz energética brasileira e grande participação de fontes renováveis, os principais reservatórios iniciaram 2025 em níveis confortáveis para geração de energia elétrica.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Companhia dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Companhia.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para o auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados

adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

(31) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nota explicativa	Categoria/ Mensuração	Nível(*)	31/12/2024	
				Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	392.633	392.633
Titulos e valores mobiliarios	6	(a)	Nível 1	280.634	280.634
Derivativos	31	(a)	Nível 2	165.731	165.731
Ativo financeiro da concessão	11	(a)	Nível 3	10.688.700	10.688.700
Total				11.527.698	11.527.698
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	1.728.111	1.728.111
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	1.775.585	1.775.585
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2 (***)	4.945.757	4.964.252
Debêntures - principal e encargos (**)	17	(a)	Nível 2	705.707	705.707
Derivativos	31	(a)	Nível 2	128.907	128.907
Passivo financeiro setorial	9	(a)	Nível 2	941.381	941.381
Total				10.225.448	10.243.942

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho de R\$ 83.003 em 2024 (um ganho de R\$ 7.655 em 2023).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias; (ii) contas a receber – CDE; (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados; (iv) serviços prestados a terceiros e (v) convênios de arrecadação.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores; (ii) taxas regulamentares; (iii) consumidores e concessionárias a pagar; (iv) FNDCT/EPE/PROCEL; (v) convênios de arrecadação; (vi) descontos tarifários – CDE e (vii) passivo de arrendamento.

Adicionalmente, não houve em 2024 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, assim a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para os exercícios de 2024 e 2023 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 16 e 17). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)		Valores a custo, líquidos	Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
	Ativo	Passivo							
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	165.731	-	165.731	171.172	(5.440)	US\$ + (Sofr 3 meses + 0,99%) ou (2,39% a 4,85%)	CDI + 0,80% a 1,05%	fev/24 a out/25	543.235
Empréstimos bancários - Lei 4.131	-	(100.737)	(100.737)	(75.587)	(25.150)	lêne + 1,20%	CDI + 1,40%	jan/26	1.101.000
	165.731	(100.737)	64.994	95.584	(30.590)				
Hedge variação índice de preços									
Debêntures	-	(28.170)	(28.170)	30.917	(59.087)	IPCA + 6,1774% a 6,1753%	CDI + 0,43% a 0,521%	out/31 a out/35	750.000
Total	165.731	(128.907)	36.825	126.501	(89.676)				
Circulante	165.731	-							
Não circulante	-	(128.907)							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas, vide notas 16 e 17.

⁽¹⁾ Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

Derivativos	Saldo em	Atualização monetária e	Liquidação	Saldo em
	31/12/2023	cambial e marcação a mercado		31/12/2024
Para dívidas designadas a valor justo	(197.323)	146.938	176.886	126.501
Marcação a mercado	44.656	(134.333)	-	(89.676)
Total	(152.667)	12.606	176.886	36.825
Ativo circulante	6.202			165.731
Ativo não circulante	99.865			-
Passivo não circulante	(258.734)			(128.907)

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado as dívidas para as quais possuem instrumentos de derivativos totalmente atrelados (notas 16 e 17).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos no resultado do exercício. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2024 e 2023 os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado		Ganho (Perda) no resultado abrangente
	2024	2023	2023
Variação de taxas de juros	(1.016)	(1.877)	-
Marcação a mercado	(136.583)	77.496	-
Variação cambial	147.954	(443.699)	-
Marcação a mercado	2.250	456	272
Total	12.606	(367.624)	272

c) Ativos financeiros da concessão

Conforme mencionado acima, a Companhia tem classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do exercício em 2024 foi de R\$ 469.588 (R\$ 437.743 em 2023), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas nas notas 11 e 24.

d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

e) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia quantificou os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, Iene, CDI, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

e.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2024 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(719.972)		(66.819)	129.878	326.576
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	721.224		66.936	(130.104)	(327.144)
	1.252	baixa dolar	117	(226)	(568)
Instrumentos financeiros passivos	(1.055.613)		(144.410)	155.596	455.602
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	1.064.594		145.638	(156.920)	(459.478)
	8.981	baixa iene	1.228	(1.324)	(3.876)
Total	10.233		1.345	(1.550)	(4.444)
Efeitos no resultado do exercício			1.345	(1.550)	(4.444)

(a) A taxa de câmbio considerada em 31.12.2024 foi de R\$ 6,19 para o dólar e R\$ 0,04 para o iene.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de câmbio considerada de R\$ 6,77 e R\$ 0,04 e a depreciação cambial de 9,28% e 13,68%, do dólar e do iene respectivamente em 31.12.2024.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do iene serem ativas, o risco é baixa do dólar e do iene portanto o câmbio foi apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

e.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2024 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa no exercício	Taxa cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	615.847				94.902	118.627	142.353
Instrumentos financeiros passivos	(4.772.468)				(735.437)	(919.297)	(1.103.156)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(2.507.239)				(386.365)	(482.957)	(579.548)
Ativos e passivos financeiros setoriais	(941.381)				(145.067)	(181.334)	(217.600)
	(7.605.242)	alta CDI/SELIC	12,15%	15,41%	(1.171.967)	(1.464.961)	(1.757.951)
Instrumentos financeiros passivos	(2.624.677)				(221.260)	(165.945)	(110.630)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	758.246				63.920	47.940	31.960
Ativo financeiro da concessão	10.688.700				901.057	675.793	450.529
	8.822.268	baixa IPCA	4,83%	8,43%	743.717	557.788	371.859
Total	1.217.027				(428.250)	(907.173)	(1.386.092)
Efeitos no resultado do exercício					(428.250)	(907.173)	(1.386.092)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

f) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7.

Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma “Receita ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

Classe	Dias	Período
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PCLD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PCLD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PCLD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PCLD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default - PD*”), Exposição na Inadimplência (“*Exposure at Default - EAD*”) e Perda Dada a Inadimplência (“*Loss Given Default - LGD*”).

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência.

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2024 e 2023 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge econômico*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerado o menor *rating* entre elas (nota 31b). A Administração não identificou para os exercícios de 2024 e 2023 que os ativos financeiros

derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

g) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2024, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2024	Nota Explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	15	1.601.963	58.710	-	-	-	-	1.660.673
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	17.815	773.866	548.828	2.756.384	-	-	4.096.892
Derivativos	31	-	-	-	100.737	-	28.170	128.907
Debêntures - principal e encargos	17	-	128.321	1.005.359	4.627.555	982.789	1.016.230	7.760.254
Taxas regulamentares		13.310	-	-	-	-	-	13.310
Outros	21	108.796	366.224	22.779	-	-	-	497.800
Consumidores e concessionárias		22.661	295.812	-	-	-	-	318.473
Bônus Itaipu		86.135	-	-	-	-	-	86.135
EPE / FNDCT / PROCEL		-	-	22.779	-	-	-	22.779
Convênio de arrecadação		-	70.412	-	-	-	-	70.412
Total		1.741.884	1.327.121	1.576.966	7.484.676	982.789	1.044.400	14.157.836

(32) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuiu no exercício de 2024, um valor de R\$ 19.430 (R\$ 16.271 em 2023) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 27).

Ainda em 2024, houve o aumento do capital social (nota 22) da Companhia no montante de R\$ 17.475 (R\$ 17.475 mesmo período de 2023), sendo este saldo proveniente da capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2023.

(33) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2024	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Total
Compra de energia (exceto Itaipu)	Até 4 anos	5.549.522	10.254.951	-	15.804.473
Compra de energia de Itaipu	Até 4 anos	961.871	1.333.571	-	2.295.442
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	Até 4 anos	2.490.568	4.758.065	-	7.248.633
Projetos de construção de subestação	Até 5 anos	818.245	881.307	443.682	2.143.235
Fornecedores de materiais e serviços	Até 5 anos	410.201	612.270	78.585	1.101.056
Total		10.230.406	17.840.165	522.268	28.592.839

(34) EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 05 de fevereiro de 2025, houve a liberação referente financiamento Lei nº 4.311, no montante de R\$ 295.000, com encargos financeiros anual JPY + 1,44% e taxa efetiva com derivativos CDI + 0,64%, pagamento de juros semestrais e amortização em dezembro de 2027, para reforço de capital de giro.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO
Presidente

MINGYAN LIU
Conselheiro

TAYON FERNANDO MOURA BRAATZ SANTOS RODRIGUES
Conselheiro

DIRETORIA

ROBERTO SARTORI
Diretor Presidente

ROBERTO SARTORI
Diretor Financeiro
e de Relações com Investidores - interino

GUSTAVO KODAMA UEMURA
Diretor Comercial

OSVANIL OLIVEIRA PEREIRA
Diretor de Operações

JAIRO EDUARDO DE BARROS ALVARES
Diretor de Assuntos Regulatórios

FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor Administrativo

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

SÉRGIO LUIS FELICE
Diretor de Contabilidade
CT CRC 1SP192.767/O-6

ANA PAULA PERESSIM DE PAULO
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras
CT CRC 1SP217200/O-6

Companhia Paulista de Força e Luz

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Paulista de Força e Luz

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Paulista de Força e Luz ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Reconhecimento de receita de energia fornecida, mas não faturada (Notas 3.9 e 7)

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseado em uma rotina que depende da calendarização e rota de leitura. Consequentemente, uma parte da energia distribuída não é faturada ao final de cada mês, sendo necessário que a administração estime esse valor, que em 31 de dezembro de 2024 somava R\$ 684.284 mil.

O reconhecimento da receita não faturada é determinada com base em dados históricos obtidos, principalmente por meio de parâmetros de sistemas informatizados, tais como, o volume de consumo de energia da distribuidora disponibilizado no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

Devido à complexidade dos dados utilizados e dos julgamentos exercidos pela administração na determinação do índice anualizado de perdas técnicas e comerciais, os quais poderiam produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração, caso sofram variações, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, a avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos relacionados à determinação do montante da receita de energia distribuída, mas não faturada. Também envolvemos nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados.

Em relação aos testes de transações, avaliamos os dados usados na determinação da estimativa de receita não faturada, especificamente, os dados da carga total de energia recebida na rede da distribuidora, da carga efetivamente faturada, segregados por tipo de consumidor, e dos índices de perdas técnicas e comerciais, visando determinar o percentual de aplicação na parcela da receita não faturada, chegando dessa forma na carga cativa líquida por classe de consumo.

Recalculamos o montante de receita não faturada por meio da carga cativa líquida por classe de consumo e tarifas definidas pelo órgão regulador para cada classe de consumidor em seus grupos e modalidades. Comparamos nosso recálculo com os valores apurados pela administração.

Também efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração da Companhia para mensuração da estimativa de receita de energia fornecida, mas não faturada, são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

Mensuração e classificação do ativo financeiro da concessão, do ativo contratual e do intangível (Notas 11, 13 e 14)

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta saldos de ativo financeiro da concessão, ativos contratual e intangível (direito de concessão - infraestrutura), nos valores de R\$ 10.688.700 mil, R\$ 1.639.665 mil e R\$ 1.363.099 mil, respectivamente. Esses ativos estão relacionados com investimentos efetuados na concessão sujeitos à indenização ao final do contrato de prestação de serviços outorgados, ao direito contratual de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia e custo total de aquisição e construção deduzidos da amortização acumulada, reconhecidos nas demonstrações financeiras de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12) e Receita de Contrato com cliente CPC 47 (IFRS 15).

O reconhecimento desses investimentos realizados entre ativo financeiro da concessão, ativo contratual e intangível envolve complexidade e julgamento por parte da Administração, que pode impactar a mensuração e classificação desses ativos nas demonstrações financeiras.

Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos montantes envolvidos e pelos julgamentos significativos na avaliação da alocação dos investimentos entre o ativo financeiro da concessão, o ativo contratual e o intangível.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação do desenho e implementação dos controles internos relacionados ao processo de construção do ativo contratual, assim como os controles internos relacionados à bifurcação entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível no momento que o ativo inicia a sua operação.

Em complemento aos testes de controles descritos acima, avaliamos o modelo de bifurcação adotado pela Administração, e testamos os dados e as premissas utilizados na determinação da estimativa do montante relacionado ao direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.

Realizamos inspeção documental, em base amostral, das adições ocorridas durante o exercício, e recalculamos a vida útil dos bens. Também testamos a atualização monetária do ativo financeiro da concessão, com base nos índices previstos na regulamentação do setor elétrico, confrontando os índices utilizados pela Administração com os indicadores oficiais divulgados.

Testamos o cálculo da amortização do intangível, com base no prazo do contrato de concessão vigente, e avaliamos as divulgações sobre o assunto nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que as premissas e critérios adotados são razoáveis e consistentes com as divulgações em notas explicativas e com os dados e as informações obtidas em nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis,

conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 26 de fevereiro de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da **Companhia Paulista de Força e Luz**, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte - Jardim Professora Tarcilla - CEP 13087-397, na cidade de Campinas - São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 33.050.196/0001-88, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da PricewaterhouseCoopersAuditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da **Companhia Paulista de Força e Luz** do exercício findo em 31 de dezembro de 2024;
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da **Companhia Paulista de Força e Luz** do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Campinas, 26 de fevereiro de 2025.

Roberto Sartori
Diretor Presidente

Roberto Sartori
Diretor Financeiro e de Relações
com Investidores Interino